

UMF/TJCE

Unidade de Monitoramento e Fiscalização
das decisões do Sistema Interamericano
de Direitos Humanos

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

CENTRO SOCIOEDUCATIVO

SÃO MIGUEL

Junho de 2026



UMFTJCE
em MOVIMENTO

Percursos de Justiça, Redes de Cuidados
e Tecnologias em Direitos Humanos

Entre Páginas e Possibilidades: *Leitura, liberdade e construção de novos caminhos no contexto socioeducativo e, sobretudo, para além dele*

A capa deste **relatório de visita técnica** é inspirada em um momento vivenciado durante a inspeção ao referido Centro, a partir da observação de **uma situação de cuidado que apresentava algumas especificidades**, desembocando na necessidade de que o adolescente permanecesse afastado da convivência com os demais por razões de segurança. Nesse contexto, foram disponibilizados o acesso a filmes e a livros. A partir dessa experiência, a obra foi concebida pelo olhar sensível da assistente social e artista Lucivânia Sousa, buscando traduzir, por meio da linguagem visual, com o uso de IA, a compreensão de que, mesmo diante de circunstâncias que restringem a convivência e o deslocamento, permanecem as possibilidades que a fantasia e o conhecimento proporcionam.

Ao ouvir o adolescente e seu anseio por novos livros, por preencher momentos que seriam de ociosidade com outros mundos, realidades, vivências e sensações, o livro assume aqui especial significado para além de seu caráter material: uma liberdade que não depende exclusivamente do deslocamento físico, favorecendo a **liberdade emocional e subjetiva de imaginar, pensar, criar, elaborar e projetar caminhos outros**. Ampliam-se repertórios e, além disso, buscam-se novas perspectivas e outras formas de relação consigo, com o mundo e com a própria trajetória, integrando as experiências educativas e socioeducativas voltadas à construção de possibilidades para além do ato infracional.

A “**escada de livros**” é sobre superar, compreender que um momento não define as muitas dimensões de um sujeito. É nesse horizonte que se inscreve a ideia de um **depois que é pavimentado no agora**: aquilo que virá, mas já se encaminha por entre páginas e, sobretudo, aquilo que ainda pode ser. Um tempo em que a responsabilização pelo ato infracional possa estar acompanhada da garantia de direitos, do acesso à educação e à cultura e da construção de novos projetos de vida que começam ainda no interior do Centro Socioeducativo. A passagem pelo Centro não é somente sobre disciplina, é sobre saberes. E, entre páginas e possibilidades, a leitura pode abrir espaço para que a imaginação atravessasse os limites do presente e para que cada trajetória possa continuar sendo escrita para além das circunstâncias que a marcaram. **Por mais livros e menos sanções.**

UMF/TJCE em Movimento: das visitas técnicas à produção de conhecimento em direitos humanos.

A atuação das Unidades de Monitoramento e Fiscalização das decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (UMFs) insere-se em um processo de consolidação de diretrizes nacionais voltadas ao fortalecimento da promoção e da proteção dos direitos humanos, neste caso, no âmbito do Poder Judiciário.

Nesse percurso, destacam-se os **protocolos de atuação elaborados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicados em 2025 e 2026**, que constituem referências para a organização e o desenvolvimento das atividades das UMFs locais. O **Protocolo de Atuação das UMFs Locais para a Promoção dos Direitos Humanos**, publicado em 2025, apresenta orientações relacionadas à promoção e à proteção dos direitos humanos, contemplando dimensões como a difusão da normativa internacional de direitos humanos e da jurisprudência interamericana, a formação, a sensibilização e a articulação institucional. Em 2026, o CNJ publicou o **Protocolo para Monitoramento das Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos**, voltado à sistematização de referências e procedimentos para o acompanhamento do cumprimento das decisões e medidas determinadas no âmbito do Sistema Interamericano.

Esses instrumentos integram um processo de fortalecimento institucional das UMFs e oferecem referências complementares para sua atuação. No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tais referenciais somam-se à **experiência acumulada pela UMF/TJCE**, às especificidades de sua atuação e às metodologias desenvolvidas pela Unidade ao longo de sua trajetória.

É a partir desse conjunto — formado pelas diretrizes nacionais, pela experiência institucional acumulada e pelas práticas desenvolvidas pela própria Unidade — que a UMF/TJCE estrutura, em 2026, o projeto **“UMF/TJCE em Movimento: Percursos de Justiça, Redes de Cuidado e Direitos Humanos”**.

O projeto constitui o **arcabouço estruturante das ações desenvolvidas pela Unidade em 2026**, conferindo unidade, articulação e intencionalidade a iniciativas que integram suas atribuições institucionais. Seu propósito não é apenas reunir atividades, mas organizar um percurso institucional que articula **monitoramento, documentação, formação, articulação em rede, produção de conhecimento e educação em direitos humanos**, fortalecendo a capacidade da Unidade de transformar as experiências produzidas em campo em processos de reflexão, sistematização e ação institucional.

É importante destacar que as **visitas técnicas e inspeções não foram inauguradas pelo projeto**. Elas já integravam, anteriormente, as estratégias e práticas de atuação da UMF/TJCE. A partir do projeto, entretanto, essas ações passam a ser inseridas em uma **estrutura institucional mais articulada e sistematizada**, estabelecendo conexões mais evidentes entre a experiência produzida em campo, o monitoramento, a documentação, a análise, a articulação institucional e a produção de conhecimento.

Nesse sentido, as visitas técnicas integram o percurso desenvolvido no âmbito do **“UMF/TJCE em Movimento”**, constituindo momentos de aproximação com os contextos monitorados, nos quais são realizadas observações dos espaços, diálogos com

os diferentes atores envolvidos, escutas dos adolescentes, quando realizadas, e registros das situações identificadas. As informações produzidas nesses momentos alimentam o acompanhamento institucional e podem subsidiar recomendações, articulações, estudos e outras ações desenvolvidas pela Unidade.

Essa nova estruturação também se materializa na **forma de documentação e apresentação dos resultados das visitas**, especialmente por meio dos relatórios de visita técnica. Esses documentos ultrapassam a função de registro descritivo da atividade realizada e assumem caráter de **instrumentos de documentação, sistematização, análise e produção de conhecimento**. Ao organizar as informações produzidas em campo, os relatórios contribuem para transformar a experiência da Unidade em conhecimento institucional, memória e subsídios para o acompanhamento das situações identificadas.

A produção desses registros possibilita, ainda, acompanhar situações ao longo do tempo, identificar permanências, mudanças e necessidades de intervenção e fortalecer a articulação com os órgãos e instituições responsáveis pelas providências cabíveis. Desse modo, o relatório constitui uma das formas pelas quais o percurso proposto pelo projeto se concretiza em uma **entrega institucional**, conectando a experiência vivenciada em campo às demais dimensões de atuação da UMF/TJCE.

É nessa perspectiva que se insere a visita técnica realizada no **Centro Socioeducativo Dom Bosco, em 8 de maio de 2026**. A atividade integra o conjunto de ações desenvolvidas pela UMF/TJCE no exercício de suas atribuições e, no contexto do projeto **“UMF/TJCE em Movimento: Percursos de Justiça, Redes de Cuidado e Direitos Humanos”**, representa uma experiência de campo que se desdobra em documentação, sistematização e produção de conhecimento, materializada na elaboração e entrega deste relatório.

FICHA TÉCNICA

Coordenação da UMF/TJCE

Desembargador Coordenador

Francisco Eduardo Torquato Scorsafava

Juíza de Direito Coordenadora-Adjunta

Luciana Teixeira de Souza

Membras e Membros da UMF/TJCE

Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves

Cleide Alves de Aguiar

Ricardo de Araújo Barreto

Marcelo Roseno de Oliveira

Felipe Augusto Rola Pergentino Maia

Leopoldina de Andrade Fernandes

Assessoria e Secretariado

Lucivânia Sousa

Servidor Lotado na Unidade

Francisco Ubiratan Viana Júnior

Membras e Membros da UMF/TJCE Presentes na Visita Técnica

Francisco Eduardo Torquato Scorsafava

Luciana Teixeira de Souza

Leopoldina de Andrade Fernandes

Redação

Lucivânia Lima de Sousa

Com supervisão de

Luciana Teixeira de Souza

Revisão e Aprovação

Francisco Eduardo Torquato Scorsafava

Luciana Teixeira de Souza

Leopoldina de Andrade Fernandes

Projeto Gráfico, Arte e Diagramação

Lucivânia Sousa



Sumário

APRESENTAÇÃO	1
METODOLOGIA DA VISITA	2
ETAPA 1: ESCUTA QUALIFICADA E HUMANIZADA DOS ADOLESCENTES	3
ETAPA 2: PERCURSO TÉCNICO PELOS ESPAÇO E ESTRUTURAS DO CENTRO	4
ETAPA 3: ESCUTA, LEVANTAMENTO, REGISTRO E PRESERVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	5
RECOMENDAÇÕES A PARTIR DOS ACHADOS	6
CONSIDERAÇÕES FINAIS	7

1. Apresentação

A atuação da Unidade de Monitoramento e Fiscalização das decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (UMF/TJCE) integra o processo de fortalecimento da promoção e da proteção dos direitos humanos no âmbito do Poder Judiciário, articulando o acompanhamento das obrigações decorrentes do Sistema Interamericano com ações de monitoramento, articulação institucional, produção de conhecimento e promoção de uma cultura de direitos humanos.

Nesse percurso, os protocolos de atuação elaborados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicados em 2025 e 2026, constituem referências importantes para o desenvolvimento das atividades das UMFs locais. Esses instrumentos, somados à experiência acumulada pela UMF/TJCE, às especificidades de sua atuação e às metodologias construídas pela própria Unidade, contribuíram para a elaboração, em 2026, do projeto “UMF/TJCE em Movimento: Percursos de Justiça, Redes de Cuidado e Direitos Humanos”.

O projeto constitui o arcabouço estruturante das ações desenvolvidas pela Unidade em 2026, conferindo unidade e articulação a iniciativas que integram suas atribuições institucionais. Não se trata da criação de práticas até então inexistentes, mas da organização de um percurso que permite conectar experiências já desenvolvidas pela Unidade a processos mais sistemáticos de documentação, análise, produção de conhecimento, formação, articulação em rede e educação em direitos humanos.

É nesse contexto que se inserem as visitas técnicas e inspeções realizadas pela UMF/TJCE. Essas atividades já compunham, anteriormente, as estratégias de acompanhamento da Unidade e constituem instrumento relevante para a observação direta das condições de funcionamento dos espaços monitorados, para o diálogo com os diferentes atores institucionais e, quando realizada, para a escuta dos adolescentes. A partir do projeto, entretanto, essas experiências passam a integrar uma estrutura mais articulada, na qual os elementos produzidos em campo podem ser organizados, analisados e transformados em subsídios para o acompanhamento institucional e para outras ações desenvolvidas pela Unidade.

Os relatórios de visita técnica materializam parte desse processo. Mais do que registrar a realização de uma atividade, constituem instrumentos de documentação, sistematização, análise e produção de conhecimento, permitindo preservar informações, organizar achados, registrar boas práticas, identificar aspectos que demandam atenção e acompanhar seus possíveis desdobramentos ao longo do tempo. Nesse sentido, o relatório também contribui para a construção da memória institucional da UMF/TJCE e para a continuidade do monitoramento.

É nessa perspectiva que se apresenta o presente relatório, referente à visita de monitoramento realizada no Centro Socioeducativo São Miguel em **19 de junho de 2026**, no âmbito da Medida Cautelar nº 60-15. A atividade foi desenvolvida mediante metodologia previamente estruturada em três etapas complementares: o diálogo com a Coordenação e o levantamento de informações; o percurso técnico pelos espaços e estruturas do Centro; e a escuta qualificada dos adolescentes.

A organização metodológica buscou reunir diferentes fontes de informação e perspectivas sobre a realidade institucional. As informações apresentadas pelos profissionais foram registradas e posteriormente cotejadas com os elementos observados durante o percurso técnico e com os relatos obtidos nas escutas dos adolescentes. Esse procedimento permitiu ampliar a capacidade de análise da Unidade, evitando que os achados fossem considerados de forma isolada e possibilitando a identificação de convergências, permanências, alterações e aspectos que demandassem maior aprofundamento.

A escuta dos adolescentes ocupou lugar próprio nesse processo. Sua realização permitiu incorporar ao monitoramento a perspectiva daqueles que vivenciam diretamente a execução da medida socioeducativa, sem desconsiderar a necessidade de análise conjunta dos relatos com os demais elementos produzidos durante a inspeção. A metodologia adotada buscou, assim, assegurar maior consistência aos achados, preservando a centralidade da manifestação dos adolescentes e, simultaneamente, os critérios técnicos necessários à sua análise.

O presente documento registra, portanto, uma realidade observada em determinado momento, sem pretensão de esgotá-la. A dinâmica própria do atendimento socioeducativo, das relações institucionais e das condições verificadas nos espaços acompanhados exige que os achados permaneçam sujeitos a acompanhamento, atualização e novos cotejamentos. Da mesma forma, as providências decorrentes das situações identificadas não se encontram condicionadas à conclusão ou à entrega deste relatório: aquelas que demandaram encaminhamento imediato foram objeto das providências pertinentes ao longo da atuação da Unidade, enquanto as demais permanecem registradas para acompanhamento e eventual articulação posterior.

Ao reunir informações, observações, escutas, registros documentais e elementos produzidos durante a inspeção, este relatório procura oferecer uma visão tecnicamente fundamentada das condições observadas no Centro Socioeducativo Patativa do Assaré, contemplando tanto práticas e condições que merecem reconhecimento quanto aspectos que requerem atenção e aprimoramento.

2. METODOLOGIA DA VISITA

Uma vez definida a data da inspeção, a metodologia da visita foi previamente estruturada e compartilhada com as(os) Membros(as) da UMF/TJCE que participariam da atividade, bem como com o **Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (GMF)**. As quatro unidades visitadas entre maio e junho de 2026 foram submetidas à mesma metodologia, tendo ocorrido apenas uma alteração na ordem de aplicação das etapas no Centro Socioeducativo São Miguel, em razão de especificidades institucionais verificadas durante a atividade, conforme será apresentado a seguir.

A visita de monitoramento ao Centro Socioeducativo Patativa do Assaré ocorreu no dia **19 de junho de 2026**. Na ocasião, estiveram presentes as(os) seguintes Membras(os) da Unidade de Monitoramento e Fiscalização das decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário Cearense (UMF/TJCE): o **Desembargador Francisco Eduardo Torquato Scorsafava**, a Coordenadora Adjunta e Juíza de Direito, **Luciana Teixeira de Souza** e a também Juíza **Leopoldina de Andrade Fernandes**. Além dos Magistrados, esteve presente a Secretária e Assessora **Lucivânia Sousa**.

Além da equipe da UMF/TJCE, fizeram-se presentes o **Juiz Eptácio Quezado Júnior**, Coordenador do Núcleo de Políticas Socioeducativas do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução das Medidas Socioeducativas (GMF); **Maria Zélia Oliveira Melo**, servidora lotada no GMF; e **Igor Peixoto Sales**, Técnico em Secretariado lotado no GMF. A equipe do GMF participou da atividade, realizando seus próprios registros, observações e achados, posteriormente sistematizados no âmbito de sua atuação.

Conforme previamente acordado, a metodologia estabelecida para aquela data contemplava a realização de visitas ao **Centro Socioeducativo São Miguel** e ao **Centro Socioeducativo São Francisco**, considerando a proximidade entre as duas unidades. Para viabilizar a realização simultânea das atividades, a equipe de Magistradas(os) foi dividida em dois grupos, sendo cada grupo composto por Magistradas(os) e acompanhado da respectiva assessoria e suporte técnico, com um grupo destinado a cada Centro.

Nesse sentido, na data da inspeção, os questionários semiestruturados foram disponibilizados em versão impressa para subsidiar a realização das atividades. Cada etapa do monitoramento contou com instrumento próprio, elaborado de modo a contemplar os aspectos relacionados à **Medida Cautelar nº 60-15**, contendo perguntas objetivas e subjetivas destinadas a orientar a condução das respectivas entrevistas e demais atividades previstas. Os formulários utilizados em cada uma das etapas de monitoramento integram os respectivos **anexos deste relatório**, para fins de registro e consulta.

Das etapas do monitoramento

A metodologia de monitoramento adotada pela UMF/TJCE para a visita ao **Centro Socioeducativo São Miguel** foi organizada em três etapas distintas:

- **Etapa 1 – Diálogo com a Coordenação e levantamento de informações:** levantamento das informações apresentadas pela Coordenação e pelos demais profissionais da Unidade, com o objetivo de compreender a dinâmica institucional, esclarecer aspectos relacionados ao funcionamento do Centro Socioeducativo e realizar o cotejamento dos dados fornecidos com os registros constantes do relatório de monitoramento anterior (Anexo A).
- **Etapa 2 – Visita técnica aos espaços do Centro Socioeducativo:** verificação *in loco* das condições estruturais, operacionais e de funcionamento da Unidade, mediante observação direta dos espaços, das instalações e das condições identificadas durante a inspeção, bem como cotejamento com os elementos apresentados no decorrer da atividade (Anexo B);
- **Etapa 3 – Escuta qualificada com os adolescentes:** realização de escutas com os adolescentes, com o objetivo de conhecer suas percepções acerca das condições de cumprimento da medida socioeducativa, bem como identificar elementos relacionados à dinâmica institucional e aos aspectos observados durante o monitoramento (Anexo C);

Da adequação da sequência metodológica

Embora a metodologia de monitoramento compreenda as três etapas anteriormente descritas, a visita ao **Centro Socioeducativo São Miguel** demandou uma adequação na ordem de sua aplicação, em razão das circunstâncias institucionais identificadas no momento da chegada da equipe da UMF/TJCE e de sua assessoria à Unidade. Em contraste com a sequência adotada nas visitas técnicas realizadas aos Centros Socioeducativos **São Francisco (19 de junho)**, **Patativa do Assaré (15 de maio)** e **Dom Bosco (8 de maio)**, o monitoramento do São Miguel foi iniciado pela **Etapa 1 – Escuta qualificada com os adolescentes**.

Naquela ocasião, a Unidade recebia novos socioeducadores, aprovados em concurso público e recém-empossados, que participavam das atividades iniciais de acolhimento e integração. Diante dessa dinâmica, após breve análise realizada pelo Desembargador e pelas Juízas, considerou-se pertinente priorizar a escuta qualificada dos adolescentes, reconhecida como etapa central do processo de monitoramento.



Registro de socioeducadoras e socioeducadores recém-empoados em concurso público realizado pela SEAS, aguardando, na área externa do Centro Socioeducativo, o acesso às dependências para participação no processo de integração e posterior alocação na unidade.

Considera-se pertinente sublinhar que as escutas foram realizadas pelas Juízas presentes, com o acompanhamento e suporte da assessora, sem utilização de recursos de gravação, sendo adotados exclusivamente registros escritos, com vistas à preservação dos adolescentes e das informações compartilhadas durante a atividade. Embora cada etapa dispusesse de questionário próprio e previamente estruturado, sua aplicação ocorreu de forma flexível, permitindo a formulação de perguntas complementares, a solicitação de esclarecimentos e os ajustes necessários à adequada compreensão dos elementos apresentados no decorrer da visita.

Em determinados momentos, as duas Juízas participaram conjuntamente das escutas e, em outros, estas foram realizadas separadamente, conforme a organização da atividade. Em ambas as situações, a assessoria acompanhou o desenvolvimento das escutas, deslocando-se entre os espaços em que cada uma das Juízas se encontrava e realizando o registro e a sistematização das informações coletadas.

Concluída a etapa de escuta qualificada, a atividade prosseguiu com a **Etapa 2 – Visita técnica aos espaços do Centro Socioeducativo** e, posteriormente, com a **Etapa 3 – Diálogo com a Coordenação e levantamento de informações**. Desse modo, foram integralmente realizadas as três etapas previstas, mantendo-se os objetivos, conteúdos e instrumentos estabelecidos na metodologia de monitoramento.

A adoção dessa sequência teve caráter **operacional e circunstancial**, não implicando alteração da metodologia estabelecida, mas apenas da ordem de aplicação de suas etapas, de modo a compatibilizar a execução da atividade com a dinâmica institucional observada naquela ocasião. Assim, preservou-se a abrangência da inspeção e assegurou-se a produção dos elementos necessários à análise das condições do **Centro Socioeducativo São Miguel**.

Nota sobre o tratamento técnico das imagens

As fotografias constantes deste relatório possuem natureza **documental e ilustrativa**, destinando-se a complementar os registros produzidos durante a inspeção. Considerando que parte dos registros envolve **adolescentes, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento**, foram adotadas cautelas específicas para a preservação de sua imagem, identidade, intimidade e dignidade, em observância às garantias previstas no **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990)** e na **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018)**. O ECA assegura expressamente a preservação da imagem e da identidade de crianças e adolescentes, bem como estabelece o dever de protegê-los contra situações que possam atingir sua dignidade.

Os registros fotográficos apresentados ao longo do relatório correspondem a **imagens reais produzidas durante a visita técnica**. Eventuais ajustes realizados, inclusive mediante ferramentas de inteligência artificial, restringiram-se ao aprimoramento técnico da apresentação, como enquadramento, resolução e iluminação, ou à **proteção da identidade das pessoas retratadas**, especialmente dos adolescentes. Tais procedimentos não alteraram o teor, o contexto ou os fatos documentados durante a inspeção.

Excepcionalmente, a imagem utilizada na capa possui caráter exclusivamente ilustrativo e não corresponde a registro fotográfico realizado durante a visita técnica.

Relatório - 1º Edição
Nota sobre a versão e o carácter processual do relatório

Esta constitui a **1ª edição do presente relatório**, elaborada com base no conjunto de informações, registros, observações e escutas disponíveis no período de sua sistematização, buscando reunir, de forma abrangente, os elementos considerados pertinentes à compreensão da realidade observada. O documento é apresentado, neste momento, com o **conjunto de informações disponíveis e sistematizadas até esta etapa**, sem que isso represente o esgotamento das questões identificadas ou das possibilidades de análise e acompanhamento.

Ressalta-se que as providências decorrentes das inspeções **não se encontram condicionadas à conclusão ou à entrega do relatório**. As situações que demandaram encaminhamento imediato já foram objeto das providências pertinentes ao longo da atuação da Unidade, incluindo contatos institucionais, reuniões, articulações e demais encaminhamentos necessários. O presente documento, portanto, não constitui o marco inicial dessas ações, mas **sistematiza os achados, registra os encaminhamentos já realizados e reúne as questões que permanecem relevantes para acompanhamento institucional**.

As questões que não demandaram providências imediatas foram incorporadas ao relatório para fins de **registro, análise, acompanhamento e eventual articulação posterior**, compondo o conjunto de elementos que subsidiam a continuidade da atuação institucional.

Eventuais ajustes posteriores poderão decorrer do processo de revisão e validação técnica, incluindo a correção ou atualização de dados, informações, referências ou inconsistências formais eventualmente identificadas, **sem prejuízo do conteúdo substancial dos achados, registros e análises apresentados nesta versão**. O relatório também não se encerra em si mesmo: os registros aqui reunidos permanecem em diálogo com outros processos, ações e articulações institucionais, podendo produzir novos desdobramentos, complementações e possibilidades de atuação.

Nesse sentido, o presente documento integra um movimento contínuo de acompanhamento e produção de conhecimento, no qual **as informações sistematizadas em determinado momento constituem uma fotografia da realidade observada, e não o seu encerramento**. A dinâmica própria dos espaços acompanhados e dos processos institucionais exige que os achados permaneçam abertos ao acompanhamento, à atualização e à construção de novas respostas ao longo do tempo.

3

ETAPA 1: ESCUTA QUALIFICADA E HUMANIZADA DOS ADOLESCENTES

Momentos de escuta dos adolescentes

A escuta qualificada dos adolescentes ocorreu de forma **processual e não previamente estruturada**, acompanhando o deslocamento da equipe pelas dependências do Centro Socioeducativo. Os momentos de interlocução foram se constituindo ao longo da visita, conforme os espaços eram acessados e surgiam possibilidades de aproximação com os adolescentes, sem que houvesse, previamente, uma definição dos locais ou da quantidade de momentos destinados à escuta.

Nesse percurso, foram identificados **quatro momentos distintos de interlocução**. O primeiro ocorreu na **sala de filmes**, onde foi possível estabelecer contato com os adolescentes que se encontravam no espaço. O segundo ocorreu na **sala de jogos e entretenimento**, dando continuidade às interlocuções a partir das possibilidades de aproximação encontradas naquele ambiente. O terceiro momento ocorreu no **espaço psicossocial, que se dividiu em dois momentos concomitantemente**, onde a equipe teve oportunidade de dialogar com os adolescentes presentes. Por fim, o **quarto momento** ocorreu novamente na **sala de jogos e entretenimento**, durante o retorno da equipe às dependências do Centro, ocasião em que novas interlocuções foram estabelecidas com os adolescentes que se encontravam naquele espaço.

Assim, os quatro momentos não correspondem a etapas previamente delimitadas, mas aos **diferentes contextos de escuta que se constituíram espontaneamente ao longo do percurso da visita**, permitindo que a equipe acessasse os adolescentes de acordo com as possibilidades concretas de interação encontradas em cada espaço. Essa dinâmica favoreceu uma escuta mais próxima do cotidiano institucional, acompanhando os diferentes ambientes e situações vivenciadas pelos adolescentes durante a visita.

Cada cuidado importa e transforma

Conforme adotado nos relatórios elaborados a partir das visitas aos Centros Socioeducativos Dom Bosco, Patativa do Assaré e São Francisco, o presente relatório inicia-se com o destaque dos aspectos positivos identificados durante a inspeção e que a UMF/TJCE considera pertinente registrar. Ressalta-se, contudo, que cada relatório busca contemplar as especificidades observadas em cada Unidade, de modo que os aspectos aqui apresentados correspondem aos achados próprios do Centro Socioeducativo São Miguel, **evitando-se a repetição de conteúdos já registrados nos demais relatórios**.

Iniciado o percurso pelos espaços do Centro, com vistas a encontrar os adolescentes, procedeu-se, de forma aleatória, à entrada nos ambientes em que eles se encontravam. Nesse primeiro momento, as Membras e os Membros da UMF/TJCE e do GMF adentraram uma sala na qual um adolescente assistia ao filme *O Senhor dos Anéis*. O fato chamou a atenção não apenas em razão do espaço com TV e filme sendo transmitido, destinado ao entretenimento, mas também pelo fato de o adolescente ser o único presente naquele momento.

As Magistradas, de forma cuidadosa, promoveram um momento de escuta. A pessoa em desenvolvimento pontuou que, embora sua internação tivesse ocorrido recentemente em relação à data da inspeção, sentia-se acolhido e respeitado de maneira humanizada desde sua chegada ao Centro.



Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, em momento reservado durante a atividade de exibição do filme O Senhor dos Anéis.

Em continuidade ao seu relato, discorreu que o momento representava a continuidade de suas atividades e interesses, possibilitando-lhe momentos de tranquilidade e a manutenção de práticas que lhe são significativas, como assistir, ler e aprender. Nesse contexto, o acesso a essas atividades contribuía para a organização de sua rotina e para a preservação de referências pessoais durante o período de permanência no Centro. Discorreu, ainda, que sua permanência individual naquele espaço havia sido adotada como uma estratégia de segurança, percepção que apresentou como compreensível dentro do contexto que o levou ao cumprimento da medida.

Além disso, destacou a leitura entre suas atividades preferidas, mencionando que lhe são disponibilizados livros. Ao longo da conversa, reafirmou, em diferentes momentos, que vinha sendo bem tratado na Unidade e que apreciava a alimentação oferecida, conforme lhe foi perguntado.

Em continuidade ao diálogo, o adolescente, embora tenha destacado os aspectos positivos de sua experiência no Centro, apresentou como **única solicitação a ampliação da quantidade e da diversidade de livros disponíveis**. A esse respeito, mencionou a importância de que fossem disponibilizados mais títulos e diferentes obras, de modo a possibilitar que os adolescentes que fazem da leitura uma prática habitual tenham acesso a outras produções e possam ampliar suas experiências de leitura.



Momento de escuta qualificada e humanizada realizado pelas equipes da UMF e GMF durante a visita técnica.

Outro aspecto relevante observado durante a escuta refere-se à percepção de que a leitura integra, efetivamente, as práticas de alguns adolescentes no contexto socioeducativo.

A solicitação apresentada evidencia que, em sentido diverso de uma percepção segundo a qual os livros teriam pouca utilização nesse contexto, há adolescentes que demonstram interesse pela leitura e a incorporam às atividades de seu cotidiano, atribuindo-lhe significado.

Nesse sentido, os livros também podem constituir uma forma de companhia e de ocupação significativa do tempo, contribuindo para que os adolescentes atravessem momentos de solidão e amenizem a sensação de ociosidade durante o período de permanência no Centro.

Para mais, o relato, evidencia a importância de espaços que possibilitem aos adolescentes momentos de resguardo, cuidado e continuidade de interesses pessoais, especialmente em períodos de adaptação à medida socioeducativa e como meio para mitigar riscos. A disponibilização de livros e a possibilidade de assistir a filmes, nesse contexto, assumem também uma dimensão de cuidado e preservação de referências pessoais, contribuindo para que a experiência institucional não se restrinja aos limites da contenção, mas contemple possibilidades de convivência, expressão, desenvolvimento e aquisição de saberes para além dos possibilitados na escola.

Entretanto, é importante compreender que essas alternativas não devem ser ofertadas somente diante de cenários que demandem medidas de proteção, nem se restringir aos adolescentes que já possuem o hábito da leitura, mas constituir recursos pedagógicos acessíveis a todos, integrando de forma permanente as práticas desenvolvidas no Centro Socioeducativo

A partir dessa manifestação, a **Juíza de Direito e Coordenadora-Adjunta, Dra. Luciana Souza**, sugeriu a importância de fortalecer os mecanismos de catalogação e organização das obras disponíveis, com atenção à ampliação do acervo por meio de títulos atuais e de literatura juvenil. Nesse sentido, a leitura deve ser **estimulada, incentivada e promovida** como possibilidade de descoberta, expressão, formação e construção de novos interesses, ampliando as oportunidades de acesso a diferentes experiências e repertórios.

Caminhos pavimentados por livros

Ler durante o cumprimento da medida socioeducativa é também um modo de a vivenciar para além dos dormitórios, dos espaços físicos e das paredes que delimitam o Centro. É transpor fronteiras, atravessar lugares, imaginar outros mundos e, de muitas formas, experimentar a liberdade. Porque, entre páginas, personagens e histórias, é possível ir além do espaço que o corpo ocupa e alcançar lugares aonde as paredes não chegam.

De algum modo, é ser livre

Ofertar um livro é também comunicar que cada cuidado importa; é reconhecer que pequenos gestos podem humanizar relações e transformar a experiência de quem cumpre uma medida socioeducativa. É fazer com que esse período não seja atravessado apenas por medos, incertezas, aflições e microviolências, mas também por possibilidades de acolhimento, respeito, aprendizagem, identidade e construção de novos sentidos.

Final, **ninguém é o ato infracional**. Há uma pessoa antes dele, há uma pessoa durante o cumprimento da medida e, sobretudo, há possibilidades de se tornar uma pessoa diferente após essas experiências, quando atravessadas pelo cuidado, pela atenção e pela socioeducação. Há o que pode ser aprendido, ressignificado e reconstruído. Talvez seja justamente esse um dos sentidos mais profundos da socioeducação: **não reduzir uma história ao ato praticado, mas criar condições para que outras histórias possam ser escritas**.

Condições de saúde, integridade física e proteção dos adolescentes: relatos relacionados à integridade física e à ocorrência de violências

Entre os desafios ainda presentes na rotina das unidades socioeducativas, destaca-se o enfrentamento à violência institucional e às práticas incompatíveis com os parâmetros de proteção integral e de garantia de direitos que orientam a execução da medida socioeducativa. Embora tais práticas não constituam condutas legitimadas institucionalmente, o enfrentamento de padrões culturais e institucionais associados a perspectivas predominantemente punitivas permanece como uma questão relevante no cotidiano das unidades, especialmente quando ainda se identificam concepções segundo as quais a responsabilização do adolescente deve estar associada prioritariamente à punição.

Nesse contexto, a prevenção e o enfrentamento à tortura, aos tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes e às demais formas de violação de direitos constituem agenda permanente de acompanhamento e monitoramento. A recorrência dessas preocupações nas manifestações de peticionários e de órgãos que acompanham a execução das medidas socioeducativas evidencia a necessidade de assegurar que situações de violência institucional e de violação de direitos humanos não voltem a se reproduzir no cotidiano das unidades.

A permanência dessa agenda de proteção decorre, entre outros aspectos, do histórico de violações de direitos de adolescentes submetidos a medidas socioeducativas no Estado do Ceará, inclusive aquelas relacionadas à integridade física, que integram o conjunto de questões objeto de acompanhamento no âmbito da Medida Cautelar nº 60-15.

Nesse sentido, o monitoramento contínuo das condições de cumprimento da medida socioeducativa constitui instrumento necessário à prevenção de novas violações, ao fortalecimento das práticas de proteção integral e à consolidação de uma atuação institucional orientada pela garantia de direitos.

Diante disso, a UMF/TJCE não se furta, diante dos achados apresentados a seguir, a trazer o tema para reflexão, considerando a importância de reconhecer e enfrentar os elementos históricos e institucionais que ainda atravessam a execução das medidas socioeducativas.

A superação de práticas e concepções associadas a uma perspectiva predominantemente punitiva constitui dimensão relevante para o fortalecimento de uma política socioeducativa orientada pela proteção integral e pela garantia de direitos. Nesse sentido, enquanto tais elementos não forem efetivamente enfrentados e superados, permanecem os desafios para a consolidação das condições necessárias ao cumprimento integral dos compromissos relacionados à **Medida Cautelar nº 60-15**.

Ao mesmo tempo, a UMF/TJCE reconhece a existência de avanços e a necessidade de continuidade dos processos de aprimoramento institucional, permanecendo integralmente à disposição para o diálogo, a cooperação e a construção conjunta de caminhos que contribuam para o enfrentamento dos desafios identificados e para o fortalecimento das práticas de cuidado, responsabilização e garantia de direitos no âmbito socioeducativo.

Reflexões sobre as práticas institucionais

Na sequência, após a saída da equipe da UMF/TJCE e do GMF do espaço em que o adolescente assistia ao filme, o percurso prosseguiu para outro ambiente do Centro Socioeducativo, onde se encontrava um grupo de adolescentes na sala de jogos. Na ocasião, foram realizadas escutas orientadas por perguntas norteadoras, elaboradas a partir do questionário semiestruturado previamente estabelecido para o monitoramento.

Entre os aspectos apresentados pelos adolescentes, destacaram-se o desejo de melhoria da qualidade da alimentação, com relatos de que, em algumas situações, a comida não apresentava sabor; dificuldades relacionais com alguns socioeducadores; e a existência de conflitos internos no cotidiano da Unidade. Durante essa escuta, começou a emergir uma

questão que seria retomada, aprofundada e escalonada ao longo dessa etapa da visita: **relatos de situações de violência institucional atribuídas a socioeducadores.**



Registro do Juíz e das Juízas em escuta atenta e humanizada dos adolescentes.

Alguns relatos chamaram a atenção no que se refere à forma de atuação de determinados socioeducadores diante de situações de conflito com os adolescentes. Segundo as informações apresentadas, em algumas circunstâncias, diante de atitudes dos adolescentes que poderiam ser manejadas por meio do diálogo e da mediação, teriam ocorrido respostas marcadas pelo confronto direto e por discussões, em lugar da adoção de estratégias de mediação e manejo do conflito.

Os relatos também indicaram a percepção de que determinadas formas de atuação diante dos adolescentes estariam inseridas em uma dinâmica institucional que, em determinadas situações, pode contribuir para a sua naturalização e continuidade. A questão não se refere à afirmação de inexistência de mecanismos de responsabilização, mas à percepção, expressa nos relatos, de que determinadas condutas seriam praticadas com aparente grau de permissividade, como se integrassem formas recorrentes e culturalmente incorporadas de manejo dos conflitos no cotidiano institucional. Tal

aspecto merece atenção, especialmente quando respostas de caráter confrontativo ou punitivo passam a ser percebidas como práticas habituais, em detrimento de estratégias pautadas pelo diálogo, pela mediação e pela responsabilização socioeducativa.

É importante evidenciar que a UMF/TJCE não toma os relatos apresentados pelos adolescentes, isoladamente, como elementos suficientes para afirmar a existência de uma cultura institucional dessa natureza. Os relatos constituem, contudo, elementos relevantes para o monitoramento e para a compreensão das dinâmicas vivenciadas no cotidiano da Unidade, especialmente quando analisados em conjunto com outros registros produzidos ao longo da visita.

Conforme será apresentado a seguir, outros relatos, situações observadas e registros fotográficos produzidos durante a inspeção acrescentam elementos à análise e evidenciam a necessidade de reflexão acerca das práticas adotadas no cotidiano institucional.

Nesse contexto, mostra-se necessário considerar, de forma individualizada e à luz dos procedimentos institucionais cabíveis, a atuação de profissionais cujas condutas possam se mostrar incompatíveis com os princípios da proteção integral, da garantia de direitos humanos e do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, especialmente quando tais condutas comprometerem a segurança, a dignidade ou o adequado cumprimento da medida socioeducativa pelos adolescentes.



Registro do encerramento do primeiro momento de escuta qualificada dos adolescentes.

Quando os relatos encontram marcas: a continuidade dos achados

Ao deixar a sala de jogos, **a equipe da UMF/TJCE, acompanhada pela outra equipe envolvida na atividade**, prosseguiu o percurso pelos diferentes espaços da Unidade, dirigindo-se, na sequência, ao ambiente destinado aos atendimentos da equipe psicossocial. Embora o ambiente estivesse passando por reformas, a equipe considerou pertinente acessar o local. Na ocasião, três adolescentes realizavam atividades de pintura.



Nesse espaço, **Dra. Luciana Teixeira de Souza e Dra. Leopoldina de Andrade Fernandes dividiram-se**, de modo a ampliar as possibilidades de escuta e observação durante a atividade. **Enquanto uma delas permaneceu no corredor**, junto a um grupo de três adolescentes, a outra dirigiu-se **à sala de informática**, onde outros três adolescentes realizavam atividades relacionadas ao uso dos computadores. Em uma das outras salas do espaço, um adolescente passava por atendimento psicológico.

Escuta realizada no corredor durante atividade de pintura



Marcas da algema no punho esquerdo

A Coordenadora-Adjunta iniciou uma conversa com os adolescentes, acompanhada de sua assessoria, abordando diferentes aspectos relacionados ao cotidiano no Centro. Durante o diálogo, um dos adolescentes, que também se encontrava no corredor, permanecia inicialmente um pouco mais afastado do grupo. À medida que acompanhava a conversa e percebia a possibilidade de escuta, aproximou-se espontaneamente, demonstrando maior confiança para participar do diálogo e compartilhar seu relato. No curso da conversa, trouxe uma situação envolvendo o uso de algemas, mencionando que o episódio o teria ocasionado ferimentos e resultado, posteriormente, na realização de exame de corpo de delito.

Em continuidade ao diálogo, o adolescente declarou, em suas próprias palavras, ter “dado trabalho” durante o cumprimento da medida socioeducativa. Tal reconhecimento deve ser compreendido à luz de sua condição de pessoa em desenvolvimento, especialmente considerando que a própria narrativa pode não expressar a dimensão da violência a que afirma ter sido submetido. Suas palavras, contudo, não afastam a necessidade de que sua integridade física e psicológica seja integralmente preservada, não podendo qualquer comportamento apresentado durante o cumprimento

da medida justificar práticas que impliquem violação de direitos ou tratamento incompatível com sua condição de pessoa em desenvolvimento.

Prosseguindo, o adolescente relatou perceber a existência de uma espécie de “rincha”, expressão por ele utilizada para descrever o que compreendia como uma relação marcada por tensão e por uma possível “marcação” dirigida à sua pessoa. Segundo seu relato, essa percepção estaria também relacionada ao fato de estar cumprindo a medida socioeducativa pela terceira vez, circunstância que, em sua compreensão, contribuiria para a forma como algumas situações relacionadas à sua trajetória no Centro seriam conduzidas.

A narrativa apresentada chama atenção para a necessidade de que situações de conflito entre adolescentes e agentes responsáveis pela execução da medida sejam compreendidas para além do episódio isolado, considerando-se as circunstâncias que antecederam a ocorrência, as estratégias utilizadas para sua contenção e os eventuais efeitos produzidos sobre o adolescente. O reconhecimento, pelo próprio jovem, de que já havia apresentado dificuldades de convivência ou comportamento na unidade não afasta a necessidade de que toda intervenção seja realizada dentro dos parâmetros da legalidade, da proporcionalidade, da dignidade e da proteção integral.

Nesse sentido, a referência à existência de uma possível “marcação” merece atenção, especialmente quando associada ao relato de algemamento e à realização posterior de exame de corpo de delito. Sem antecipar conclusões acerca dos fatos narrados, a situação reforça a importância de mecanismos permanentes de monitoramento, registro e apuração, capazes de assegurar que conflitos sejam manejados por estratégias socioeducativas adequadas e que eventuais excessos sejam devidamente identificados e enfrentados.

Condições de saúde e relatos de infecções: outros relatos surgem na sala de informática e igualmente carecem de atenção

Concomitantemente, conforme anteriormente referido, a Juíza de Direito e Membro da UMF/TJCE, Dra. Leopoldina de Andrade Fernandes, realizava a escuta de outro grupo na sala de informática. As escutas ocorreram em ambientes distintos, de modo a preservar o sigilo das informações compartilhadas, bem como a assegurar que os relatos

apresentados por um grupo não interferissem ou influenciassem as manifestações dos demais adolescentes.

No decorrer da conversa, diferentes adolescentes relataram desafios relacionados à presença de muriçocas e às condições dos colchões disponibilizados no Centro.

Embora a questão não tenha sido mencionada pelos demais adolescentes ouvidos em outros momentos da visita, os adolescentes presentes naquele grupo apresentaram manifestações contundentes acerca das condições dos colchões e da muriçoca, destacando aspectos relacionados ao uso, às condições do material e às possíveis repercussões sobre seu bem-estar. Entre os relatos apresentados, um dos adolescentes mencionou, inclusive, ter desenvolvido uma reação alérgica que, segundo sua percepção, estaria relacionada ao colchão utilizado.

Diante das manifestações apresentadas por mais de um adolescente, recomenda-se a adoção de **protocolo específico para acompanhamento das condições dos colchões utilizados no Centro**, contemplando mecanismos de identificação, registro e controle do período de uso de cada item, bem como critérios objetivos para higienização, conservação, substituição e descarte. O acompanhamento sistemático deverá considerar, ainda, a necessidade de evitar o uso prolongado ou sucessivo de um mesmo colchão por diferentes adolescentes, sempre que as condições do material assim recomendarem, bem como possibilitar o registro de eventuais queixas relacionadas a alergias, desconfortos ou outras reações associadas ao seu uso. A medida contribuirá para maior controle sobre as condições de acomodação, descanso e bem-estar dos adolescentes, permitindo o planejamento periódico das substituições e a adoção tempestiva das providências necessárias.





Adolescentes apresentam marcas cutâneas em diferentes regiões do corpo, relatando que seriam decorrentes de picadas de insetos e das condições dos colchões utilizados nos dormitórios.

É importante destacar que não é possível asseverar, a partir da observação realizada durante a visita ou dos relatos apresentados, que todas as lesões ou alterações na pele observadas entre os adolescentes estejam relacionadas à presença de muriçocas ou às condições dos colchões. Ainda assim, as manifestações relatadas não devem ser desconsideradas, especialmente diante da recorrência das queixas apresentadas por diferentes adolescentes, sendo pertinente que sejam acolhidas, investigadas e, quando necessário, submetidas à avaliação adequada.

Durante a escuta, um dos adolescentes também relatou que as manchas presentes em seu rosto decorreriam de uma possível alergia. Considerando que se encontrava na adolescência e apresentava também a presença de espinhas, foi-lhe perguntado se, em sua percepção, as alterações poderiam estar relacionadas a características próprias de sua pele. O adolescente respondeu que não e reafirmou compreendê-las como decorrentes de uma possível reação alérgica.

Sem estabelecer, a partir desse relato, qualquer diagnóstico ou relação causal, a situação reforça a importância de que as queixas apresentadas pelos adolescentes sejam devidamente consideradas e, quando persistentes ou acompanhadas de sinais físicos, avaliadas pelos serviços de saúde competentes. Trata-se, sobretudo, de assegurar que

manifestações relacionadas à pele, ao sono, ao conforto e às condições de permanência sejam escutadas e não naturalizadas, garantindo aos adolescentes o cuidado necessário durante o cumprimento da medida socioeducativa.

Salienta-se que alguns elementos observados durante a inspeção oferecem subsídios para a contextualização dos relatos apresentados pelos adolescentes, especialmente em razão das características do entorno do **Centro Socioeducativo São Miguel**. Conforme será apresentado a seguir, aspectos relacionados à presença de resíduos nas proximidades do Centro, bem como à ocorrência de mosquitos e outros fatores ambientais, constituem elementos objetivos que contribuem para a compreensão das manifestações registradas durante as escutas.

Da recorrência de situações já identificadas na inspeção de 2025



Registro atualizado, realizado durante a inspeção de **19 de junho** de 2026, que registra a continuidade de condições ambientais identificadas anteriormente, em 26 de junho de 2025, relacionadas à presença de lixo e de esgoto a céu aberto no entorno do Centro Socioeducativo.

Em retrospectiva, a UMF/TJCE recorda que, durante as inspeções realizadas em 2025, já haviam sido identificadas condições ambientais e sanitárias que demandavam atenção no entorno do Centro Socioeducativo São Miguel, especialmente em razão da presença de **esgoto a céu aberto** e de **contêineres destinados ao armazenamento de resíduos sólidos expostos nas proximidades** do Centro.

Na inspeção realizada em **26 de junho de 2025**, diante das situações então constatadas, foram registradas recomendações relacionadas à necessidade de adoção de providências destinadas ao enfrentamento das condições ambientais e sanitárias

identificadas, contemplando a realização de vistorias técnicas **nos arredores e nas dependências do Centro Socioeducativo; a adoção de medidas de dedetização, desratização e limpeza urbana; e a execução de intervenções estruturais necessárias à eliminação de possíveis focos de proliferação de pragas e à melhoria das condições de salubridade do espaço.**

Posteriormente, tomou-se conhecimento de que, após articulação interinstitucional realizada junto à Prefeitura Municipal, a situação identificada naquela ocasião havia sido temporariamente sanada. Contudo, durante a inspeção realizada em **19 de junho de 2026**, foram novamente identificadas condições ambientais semelhantes às anteriormente registradas, **evidenciando a continuidade de uma situação já observada pela UMF/TJCE no ano anterior.** Desse modo, o cenário constatado em 2026 deve ser compreendido à luz do histórico registrado em 2025, considerando que, embora tenham sido adotadas providências após as constatações realizadas naquela ocasião, os problemas ambientais voltaram a se apresentar no entorno do Centro Socioeducativo.

Assim sendo, a permanência de esgoto a céu aberto e de resíduos sólidos expostos constitui fator de preocupação sob as perspectivas sanitária e ambiental, na medida em que pode favorecer a presença e a proliferação de insetos e outros vetores. A esse respeito, **embora os elementos obtidos durante a inspeção não permitam estabelecer relação causal direta entre as condições ambientais identificadas e as lesões ou alterações cutâneas anteriormente relatadas pelos adolescentes, os relatos recorrentes de picadas de insetos, associados ao cenário ambiental constatado no entorno do Centro Socioeducativo, constituem aspecto que demanda atenção específica.**

Não é possível afirmar, a partir dos elementos disponíveis, que os insetos estejam contaminados ou que as alterações cutâneas decorram diretamente das picadas. Entretanto, a exposição reiterada dos adolescentes a esses vetores, em contexto ambiental que apresenta condições favoráveis à sua presença e proliferação, evidencia a necessidade de avaliação sanitária específica, inclusive quanto à identificação dos vetores presentes e às condições que favorecem sua permanência. Do mesmo modo, mostra-se pertinente a investigação das queixas cutâneas relatadas, de modo a possibilitar a adequada identificação de suas possíveis causas e a adoção das providências cabíveis

Persistência da presença de vetores, baratas e roedores no Centro Socioeducativo

Ademais, em praticamente todos os momentos de escuta realizados durante a visita, os adolescentes fizeram referência à presença recorrente de ratos, baratas e muriçocas, aspecto que também havia sido identificado como ponto de atenção em inspeção anterior. A recorrência dessa manifestação, somada às condições ambientais novamente verificadas no entorno, reforça a necessidade de acompanhamento contínuo da questão e de articulação com os órgãos responsáveis pela adoção das medidas pertinentes.

Nesse contexto, a UMF/TJCE destaca a necessidade de atenção à situação ambiental e sanitária do Centro Socioeducativo, com o fortalecimento da articulação interinstitucional necessária à adoção de medidas efetivas de controle de vetores, manejo adequado dos resíduos sólidos, eliminação de pontos de esgoto a céu aberto e melhoria

das condições ambientais do entorno. Considerando que situações semelhantes já haviam sido registradas em inspeções anteriores, mostra-se igualmente necessário que as providências adotadas sejam acompanhadas e monitoradas quanto à sua efetividade, de modo a evitar a recorrência das condições identificadas.

A questão adquire especial relevância diante do fato de que o Centro Socioeducativo apresenta inadequações em relação a parâmetros arquitetônicos e estruturais previstos no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), tendo sido, inclusive, consideradas alternativas relacionadas à sua substituição. A eventual perspectiva de substituição do espaço, contudo, não afasta a necessidade de adoção, no presente, das medidas necessárias à garantia de condições adequadas de permanência aos adolescentes, bem como de trabalho aos profissionais e de circulação às demais pessoas que acessam o Centro.

Em conclusão, enquanto não forem implementadas soluções estruturais definitivas, permanece necessária a adoção de medidas destinadas a reduzir as inadequações existentes, enfrentar as condições ambientais e sanitárias identificadas e assegurar condições compatíveis com a proteção integral e a dignidade dos adolescentes atendidos. Nesse sentido, as situações observadas durante a visita, inclusive aquelas anteriormente registradas, devem permanecer no campo de atenção do monitoramento da UMF/TJCE, mediante articulação com os órgãos competentes e acompanhamento das providências adotadas até sua efetiva resolução ou mitigação.

Sensação térmica e condições de ventilação

Além da persistência da presença de animais e insetos, outro aspecto relacionado às condições ambientais do Centro Socioeducativo foi destacado pelos adolescentes durante a escuta qualificada: **a sensação térmica**. Foram relatadas situações de desconforto decorrentes das elevadas temperaturas em determinados espaços, especialmente em períodos de maior calor, quando os ambientes se tornam excessivamente abafados e a circulação de ar se mostra insuficiente.

Segundo os relatos, essas condições provocam incômodo significativo, sendo descritas por alguns adolescentes como situações que os deixam “aperreados”. Tais manifestações indicam a relevância de considerar as condições de conforto térmico nos espaços de permanência, sobretudo naqueles destinados ao repouso e à permanência prolongada.

Entre os locais mencionados, destaca-se determinado dormitório no qual foi identificada a presença de uma placa de ferro posicionada de forma a interferir na circulação de ar e no acesso da ventilação ao interior do espaço. Tal condição pode contribuir para a retenção de calor e para a redução da circulação de ar no ambiente, potencializando a sensação térmica elevada relatada pelos adolescentes.

Esse ponto seria tocado ainda na data da inspeção como devolutiva para a coordenação.



Conforme observado, a presença de placas metálicas instaladas no portão do dormitório interfere na circulação do ar para o interior do espaço. Embora o ventilador esteja posicionado de frente para o dormitório, a barreira física dificulta que o fluxo de ar alcance adequadamente os adolescentes, comprometendo a ventilação do ambiente e contribuindo para a sensação térmica elevada relatada durante a escuta.

Nesse sentido, a observação da condição estrutural do dormitório, associada aos relatos apresentados durante a escuta, evidencia a necessidade de atenção às condições de

ventilação e conforto térmico dos espaços de permanência dos adolescentes. A análise desses aspectos deve considerar não apenas a existência de equipamentos de ventilação, mas também a efetiva possibilidade de circulação e renovação do ar no ambiente, de modo a evitar que obstáculos físicos comprometam sua funcionalidade.

Assim, recomenda-se que sejam avaliadas as condições de ventilação do referido dormitório, especialmente quanto à necessidade de adequação ou reposicionamento da placa de ferro, bem como a adoção de medidas que contribuam para melhorar a circulação de ar e reduzir a sensação térmica excessiva, sobretudo nos períodos de maior temperatura.

Prevenção e resposta a incêndios: acessibilidade dos equipamentos

A partir dos relatos relacionados ao calor, associados à configuração observada no dormitório — especialmente à presença da placa metálica posicionada junto ao portão e à disposição do ventilador —, emergiu, durante a visita, outra reflexão relacionada às condições de segurança do espaço: **a importância da prevenção e da resposta a incêndios.**

Embora situações relacionadas à prevenção e à resposta a incêndios já tivessem sido observadas anteriormente no **Centro Socioeducativo Dom Bosco (08/05/2026)** e no **Centro Socioeducativo Patativa do Assaré (15/06/2026)**, em razão das particularidades identificadas em cada contexto, a visita ao **Centro Socioeducativo São Miguel (19/06/2026)**, permitiu reconhecer que a questão não se restringia a uma unidade específica.

As condições verificadas no Centro, especialmente quanto à disposição dos equipamentos destinados ao combate a incêndios e às possibilidades de acesso a esses recursos, reforçaram a necessidade de considerar essa dimensão da segurança de forma abrangente nas unidades socioeducativas.

Durante a inspeção, foram identificados **extintores de incêndio** em diferentes espaços do Centro. Em relação às **mangueiras de incêndio**, a solicitação de acesso aos equipamentos permitiu verificar que sua localização, em determinados pontos, implicava um percurso considerável a partir de alguns espaços de permanência. Essa configuração suscitou atenção quanto à **acessibilidade dos equipamentos e à possibilidade de seu alcance em tempo oportuno** diante de eventual ocorrência.

A observação evidenciou, portanto, a importância de que os recursos destinados ao combate a incêndios não apenas estejam disponíveis, mas apresentem **condições efetivas de utilização**, considerando sua localização, as características dos espaços e a necessidade de acionamento célere. A partir dessa constatação, destacou-se a pertinência de medidas que contribuam para o **aprimoramento das condições de segurança e para a redução de vulnerabilidades** nas unidades socioeducativas.

A partir dessa percepção, a questão passou a ser analisada para além das particularidades observadas no São Miguel, resultando, conforme será apresentado adiante, na formulação de uma recomendação de caráter geral, voltada ao **aprimoramento das medidas de segurança, à proteção e à redução de vulnerabilidades** no ambiente socioeducativo.

Face ao exposto, o Coordenador-Geral da Unidade, Desembargador Francisco Eduardo Torquato Scorsafava, destacou, ainda durante a visita, a pertinência da realização de uma reunião interinstitucional, envolvendo a SEAS, o Corpo de Bombeiros e outras instituições relacionadas à temática, com o objetivo de promover o diálogo acerca das condições de segurança das unidades socioeducativas e da adoção de medidas destinadas à prevenção e à mitigação de riscos, especialmente aqueles relacionados à ocorrência de incêndios.



Durante o trajeto, o **Desembargador Coordenador-Geral da Unidade, a Coordenadora-Adjunta e a Juíza de Direito e Membro da UMF/TJCE** dialogaram com a Coordenação do Centro Socioeducativo acerca das **placas metálicas instaladas à frente do portão de determinado dormitório**, cuja configuração havia chamado a atenção da equipe durante a inspeção. Na ocasião, foram discutidas as características da estrutura e sua possível interferência na circulação de ar para o interior do espaço, considerando a posição do ventilador e as manifestações dos adolescentes quanto à sensação térmica elevada. A interlocução contribuiu para contextualizar a questão e para o registro da necessidade de avaliação das condições de ventilação daquele ambiente.

Desdobramento da recomendação: articulação interinstitucional e reunião com o Corpo de Bombeiros

Como desdobramento desse encaminhamento, registra-se que, até o fechamento deste relatório, foi realizada, em **25 de setembro de 2026**, reunião interinstitucional com a participação do Corpo de Bombeiros, do GMF, da SEAS e de outras instituições relacionadas à temática.

O encontro possibilitou a retomada das questões relacionadas à segurança contra incêndios nas unidades socioeducativas, favorecendo o diálogo entre os diferentes atores institucionais e a construção de perspectivas de atuação no que se refere à prevenção de incêndios, à preparação para situações de emergência e à adoção de providências destinadas à proteção dos adolescentes, dos profissionais e das demais pessoas que circulam nas unidades.

Os encaminhamentos decorrentes dessa articulação **deverão integrar as próximas ações de acompanhamento**, especialmente no que se refere à adoção e ao monitoramento de medidas destinadas ao aprimoramento das condições de segurança e à redução de vulnerabilidades.

A realização da reunião denota uma atuação atenta, humanizada e articulada da UMF, orientada à compreensão das questões identificadas e à construção de respostas céleres e interinstitucionais diante das situações que demandam atenção. Essa atuação tem como horizonte não apenas a superação, em futuro próximo, da Medida Cautelar nº 60-15, mas, sobretudo, a promoção permanente de condições de humanização, cuidado e atenção cotidiana aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Retomada da escuta: relatos sobre o contato com os familiares

Na sequência da descrição da inspeção, **retoma-se o registro da escuta realizada pela Dra. Luciana Teixeira junto aos adolescentes, no corredor de acesso ao atendimento psicossocial, anteriormente apresentada neste relatório**. A retomada desse momento tem por finalidade dar continuidade ao conjunto de manifestações espontaneamente apresentadas durante a interlocução, anteriores ao aprofundamento das questões relacionadas às **condições de saúde, à segurança, à presença de infestações e às condições ambientais identificadas ao longo da visita**.

A partir desse ponto, são apresentados outros relatos e aspectos suscitados naquela ocasião, preservando-se a continuidade da escuta e a articulação entre as diferentes questões mencionadas pelos adolescentes.

Em continuidade, uma vez perguntados sobre a realização de visitas familiares. Alguns relataram receber, embora tenham destacado os desafios enfrentados por seus familiares para se deslocarem até o centro, especialmente em razão das dificuldades de logística e da ausência de condições financeiras para arcar com os custos de transporte.

Na sequência, outro adolescente relatou que residia com a avó e que, em razão de sua idade, de questões relacionadas à saúde e de dificuldades de orientação e compreensão

espacial, ela não dispunha de condições para visitá-lo na unidade. **Diante dessa realidade, manifestou o desejo de receber ao menos uma ligação telefônica da avó, evidenciando a importância que a manutenção desse vínculo possui em sua experiência durante o cumprimento da medida socioeducativa.**

Diante do relato apresentado, compreendeu-se como recomendação ao Centro Socioeducativo a viabilização de contato telefônico entre o adolescente e sua avó, de modo a oportunizar um momento de reencontro e reaproximação familiar, reconhecendo-se essa possibilidade de contato como parte das estratégias de cuidado e promoção da saúde mental do adolescente.

O relato chama atenção para a necessidade de que a garantia do direito à convivência familiar seja compreendida também a partir das condições concretas das famílias. A impossibilidade de deslocamento até a unidade não deve ser automaticamente interpretada como ausência de interesse ou fragilidade do vínculo, especialmente quando atravessada por fatores como idade avançada, condições de saúde, limitações financeiras e dificuldades de mobilidade ou orientação.

Nesse sentido, a situação apresentada reforça a importância de pensar estratégias alternativas e complementares de manutenção dos vínculos, incluindo o fortalecimento de meios de comunicação que possibilitem o contato regular entre adolescentes e seus familiares.

Sabe-se que, diante de situações em que os familiares não conseguem realizar visitas presenciais em razão da distância, das atividades profissionais ou de outros fatores que impossibilitem o deslocamento, já são disponibilizados meios alternativos de contato, incluindo ligações telefônicas e chamadas de vídeo. Contudo, considerando as particularidades de cada situação, recomenda-se que a frequência e a duração desses contatos possam ser ampliadas, especialmente nos casos que envolvam questões relacionadas à saúde mental dos adolescentes ou períodos prolongados de ausência de contato com seus familiares, de modo a favorecer a manutenção e o fortalecimento dos vínculos familiares, bem como a promoção do cuidado necessário.

Articulação institucional para fortalecimento da convivência familiar

Reconhece-se que as SEAS vêm, ao longo dos anos, adotando iniciativas destinadas a viabilizar e fortalecer a realização de visitas familiares. Sem prejuízo dessas ações, considera-se pertinente avaliar a possibilidade de estabelecimento de parcerias institucionais com empresas de **transporte coletivo e mobilidade urbana**, especialmente como estratégia complementar para **a redução das barreiras de deslocamento enfrentadas por familiares residentes na Região Metropolitana de Fortaleza.**

Nesse sentido, poderia ser avaliada, inicialmente em caráter piloto, a articulação com empresa responsável pelo transporte coletivo urbano, com vistas à organização de deslocamentos previamente programados para a realização das visitas familiares. A iniciativa poderia contemplar a definição antecipada de datas, em articulação com as famílias e com o Centro Socioeducativo, para que o transporte fosse disponibilizado em

rota e horário previamente estabelecidos, possibilitando o deslocamento dos familiares até o Centro e seu posterior retorno.

Como possibilidade de denominação para a iniciativa, sugere-se “*Caminhos de Afeto*”, em referência à criação de condições concretas para a aproximação entre adolescentes e seus familiares e ao fortalecimento dos vínculos, especialmente nos casos em que barreiras territoriais, econômicas, profissionais ou outras circunstâncias dificultem a realização das visitas presenciais.

A eventual participação de empresa parceira poderia ser acompanhada de formas de reconhecimento institucional da iniciativa, observadas as normas aplicáveis, mediante divulgação de sua contribuição. Nesse sentido, a parceria poderia constituir oportunidade de associar a atuação institucional da empresa a uma iniciativa de caráter social, voltada à promoção da convivência familiar e à redução de barreiras de acesso às visitas, sem prejuízo da definição, pelos órgãos competentes, dos critérios e limites aplicáveis à divulgação da parceria.

Considerando o caráter inicialmente experimental da proposta, a experiência-piloto permitiria avaliar sua viabilidade logística, institucional e operacional, bem como os resultados alcançados na redução das barreiras de deslocamento. A partir dessa avaliação, e caso sejam observadas condições favoráveis à sua continuidade, a iniciativa poderia ser ampliada ou replicada, de forma progressiva, alcançando outras famílias que enfrentem dificuldades semelhantes para a realização das visitas presenciais.

A proposta, portanto, apresenta-se como possibilidade complementar às estratégias já existentes, a ser analisada pelo órgão competente quanto à sua pertinência, viabilidade e condições de implementação, tendo como perspectiva a construção de alternativas sustentáveis.

Mais do que viabilizar uma visita, trata-se de criar condições para que os vínculos afetivos possam permanecer presentes durante o cumprimento da medida, reconhecendo que a socioeducação também se constrói a partir das relações que ajudam o adolescente a lembrar de onde vem, a quem pertence e para onde pode seguir.

Saúde mental, uso de medicamentos e estratégias de cuidado

A manutenção dos vínculos familiares constitui aspecto relacionado também às condições de saúde mental dos adolescentes, especialmente considerando as particularidades decorrentes do cumprimento de medida socioeducativa e do afastamento do convívio familiar. Nesse sentido, as dificuldades de contato com familiares e as possibilidades de manutenção desses vínculos devem ser consideradas no âmbito das estratégias de cuidado em saúde mental.

Ainda na mesma ocasião da conversa com os adolescentes que realizavam a pintura no corredor, também foram identificadas questões relacionadas à saúde mental e ao uso de medicamentos. Em alguns momentos, foram observados sinais de ansiedade entre os adolescentes e, quando questionados sobre o uso de medicação, alguns relataram fazer uso de medicamentos de controle especial.

As informações apresentadas durante a escuta não foram acompanhadas, naquele momento, de elementos suficientes para aprofundar aspectos relativos às prescrições, às indicações clínicas ou ao acompanhamento dos tratamentos mencionados. O registro dessas manifestações, contudo, evidencia a importância de ampliar a compreensão acerca das situações e dos fatores que podem estar relacionados aos quadros de ansiedade apresentados pelos adolescentes, considerando suas experiências individuais, familiares e institucionais.

Nesse sentido, considerando que já são desenvolvidas ações de acompanhamento e cuidado em saúde mental, mostra-se pertinente o aprofundamento da escuta e da identificação das circunstâncias que possam estar contribuindo para o sofrimento psíquico ou para a manifestação de sintomas de ansiedade. A compreensão mais detalhada desses fatores pode contribuir para o aprimoramento das estratégias já existentes e para a definição de medidas de cuidado mais ajustadas às necessidades identificadas em cada caso.

Recomenda-se, portanto, o fortalecimento da avaliação individualizada dos adolescentes que apresentem manifestações de ansiedade ou façam uso de medicamentos de controle especial, buscando-se compreender, sempre que possível, os fatores associados a essas manifestações e sua relação com o contexto familiar, institucional e social. A partir dessa compreensão, poderão ser qualificadas as estratégias de cuidado em saúde mental já desenvolvidas, de forma articulada à rede de atenção à saúde e às demais ações de acompanhamento existentes no contexto socioeducativo.

A temática da saúde mental será retomada ao longo do percurso da visita, em momento oportuno, a partir da passagem pelo espaço da Psicologia, permitindo dar continuidade às questões relacionadas ao acompanhamento dos adolescentes nessa área.

Superar o passado, construir novos futuros: entre antigas estruturas e novas perspectivas socioeducativas

Do passado que ainda permanece à construção de novos futuros

Antes de dar início à segunda etapa da visita, durante o trajeto de retorno após os momentos de escuta realizados nas diferentes salas do Centro Socioeducativo, a equipe passou por espaços que, historicamente, eram utilizados como salas de disciplina. A passagem por esses ambientes suscitou uma interlocução com a gestão do Centro, da qual participaram o Desembargador Eduardo, a Juíza Leopoldina e representantes da direção, possibilitando compreender a atual situação desses espaços e sua utilização no cotidiano institucional.



Na ocasião, foi averiguado que não havia adolescentes ocupando aquelas salas naquele momento. A interlocução permitiu, ainda, reconhecer que tais ambientes permanecem associados a uma concepção de disciplina marcada por elementos arquitetônicos e funcionais que remetem a uma lógica de contenção e segregação, própria de modelos institucionais historicamente superados no campo da socioeducação.

A configuração desses espaços chama atenção não apenas por suas características físicas, mas pelo próprio significado que carregam dentro da estrutura institucional. São ambientes cuja arquitetura remete a uma perspectiva disciplinar centrada no afastamento, na contenção e na restrição, aspectos que destoam da compreensão contemporânea da medida socioeducativa como processo que deve articular responsabilização, educação, proteção e garantia de direitos.

Nesse sentido, a percepção construída durante a visita foi a de que esses espaços não devem permanecer incorporados à dinâmica cotidiana do Centro como ambientes destinados à disciplina ou à contenção de adolescentes. Sua efetiva desativação representa, portanto, mais do que a interrupção de determinado uso físico: constitui também um movimento de superação de referenciais arquitetônicos e institucionais associados a práticas disciplinares de caráter excessivamente punitivo.

A existência desses ambientes, ainda que não estivessem sendo utilizados naquele momento, permite refletir sobre como a arquitetura também comunica concepções de atendimento. Espaços destinados ao confinamento, ao afastamento ou à contenção podem reproduzir, em sua própria materialidade, uma compreensão da disciplina dissociada da perspectiva pedagógica que deve orientar a medida socioeducativa. Por essa razão, a transformação do ambiente físico integra igualmente o processo de transformação das práticas institucionais.

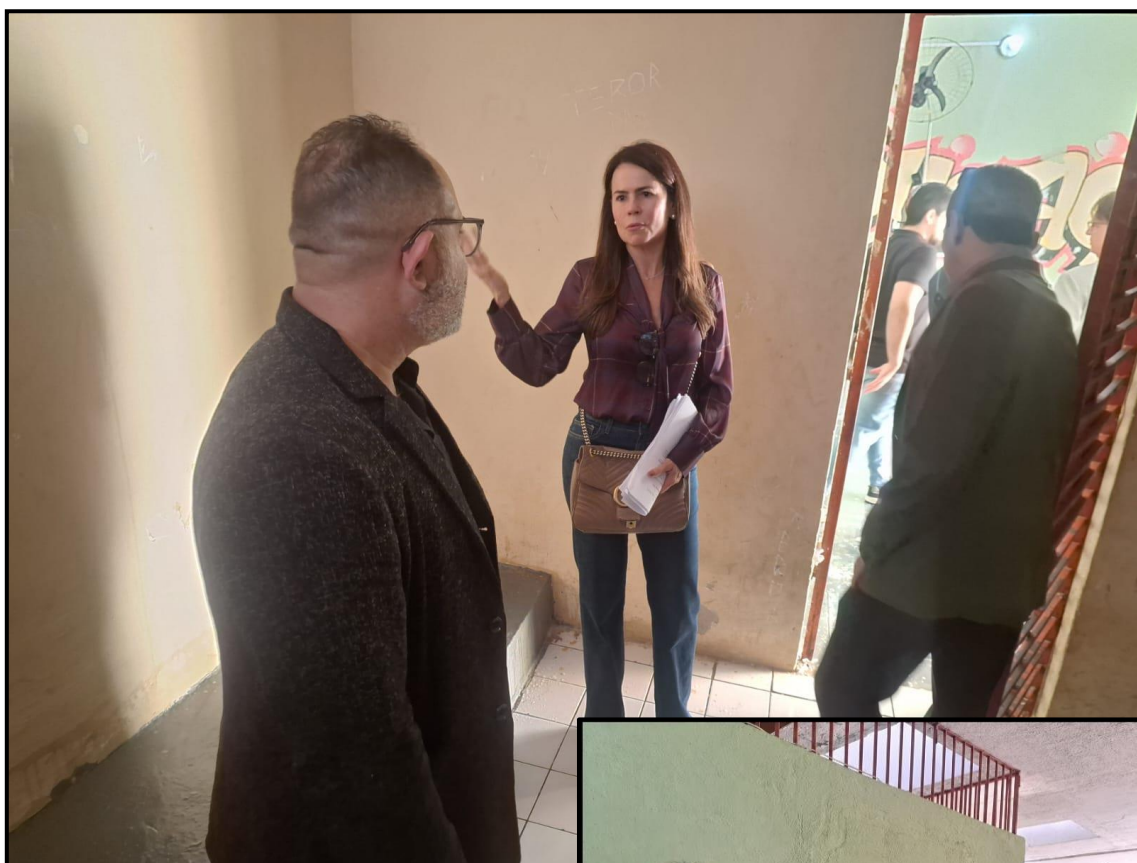


A conversa realizada durante o percurso reforçou, assim, a compreensão de que esses espaços devem permanecer desativados, evitando-se sua retomada para finalidades disciplinares incompatíveis com os princípios que orientam a socioeducação. Mais do que

deixar de utilizá-los, trata-se de reconhecer a necessidade de superar estruturas físicas e simbólicas que remetem a modelos de atendimento marcados pela contenção e pelo afastamento.

Esse olhar também se articula à perspectiva que orienta a presente visita: observar não apenas aquilo que está acontecendo, mas também aquilo que a estrutura institucional revela sobre as práticas, os referenciais e as possibilidades de transformação do cotidiano. Nesse sentido, a passagem pelas antigas salas de disciplina constituiu um momento breve, porém significativo, de reflexão sobre os espaços que ainda permanecem no Centro e sobre a necessidade de que sua organização física esteja cada vez mais alinhada à perspectiva de proteção integral, educação e garantia de direitos.

Assim, antes de avançar para o percurso pelos demais espaços e estruturas do Centro Socioeducativo, a visita também permitiu reconhecer que a transformação da socioeducação passa pela superação de práticas, estruturas e referências que não encontram lugar em uma política comprometida com a dignidade e com a construção de futuros possíveis para as adolescentes e os adolescentes.





Outras marcas que reiteram os achados sobre possível violência física

Uma vez concluídos os momentos de escuta realizados no corredor de acesso ao atendimento psicossocial e na sala de informática, a equipe da UMF/TJCE, acompanhada da assessoria, reuniu-se novamente para dar continuidade ao percurso de retorno pelas dependências do Centro Socioeducativo. Durante esse deslocamento, ao passar novamente pela sala de jogos e entretenimento, foram encontrados outros adolescentes, distintos daqueles que haviam participado das interlocuções anteriores.

Considerando a possibilidade de aproximação com esse novo grupo, foi oportunizado, de forma espontânea, um quarto momento de escuta, no qual os adolescentes puderam compartilhar suas percepções acerca da experiência no Centro e das condições vivenciadas naquele espaço. Inicialmente, alguns se mostraram mais retraídos e reservados.

À medida que um dos adolescentes passou a se manifestar de forma mais espontânea, os demais foram gradualmente participando da conversa, compartilhando também suas percepções, experiências e vivências.

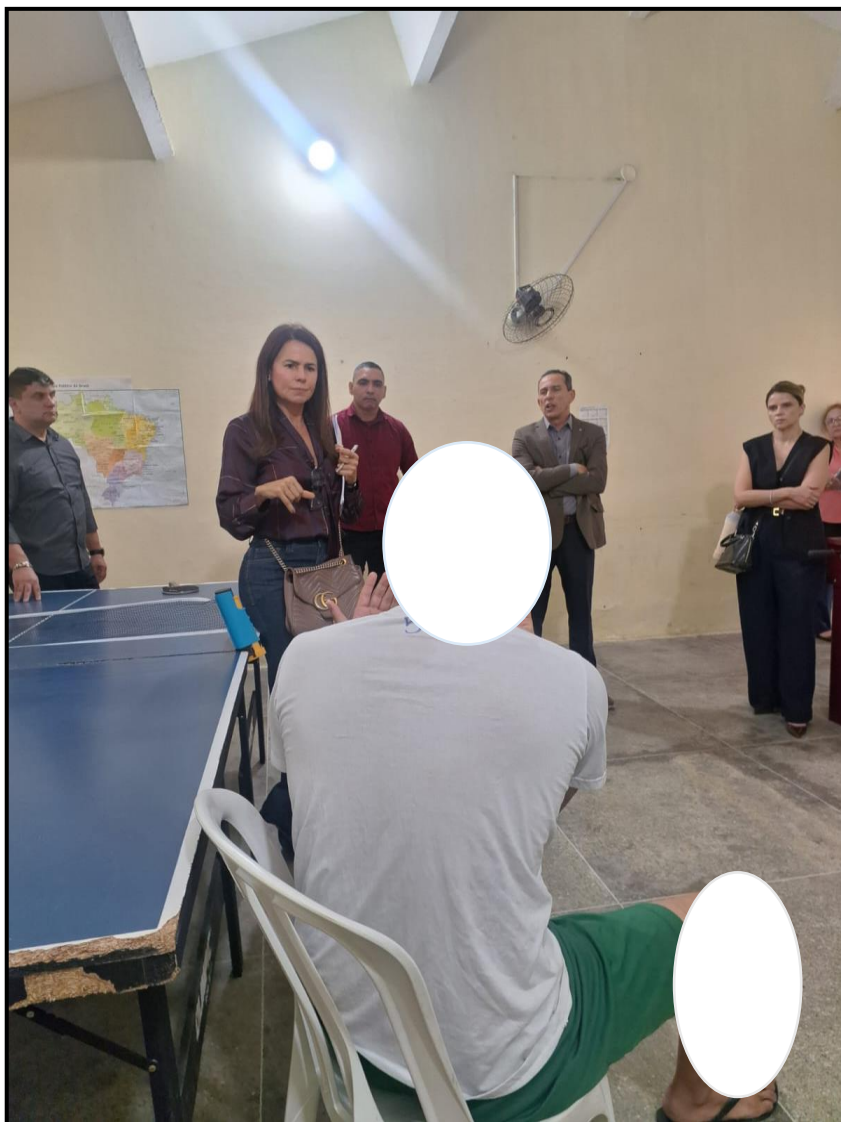
As manifestações apresentadas nessa ocasião foram incorporadas ao conjunto de elementos registrados durante a visita, possibilitando o cotejamento entre diferentes relatos e a identificação da recorrência de questões já suscitadas nos momentos anteriores de escuta.

Nesse contexto, um dos adolescentes apresentava um ferimento visível na perna e, ao ser questionado sobre o que havia ocorrido, relatou que, durante um período de abstinência, teria vivenciado um conflito com um socioeducador. Segundo seu relato, durante a situação, teria solicitado medicação e recebido, como resposta por parte do socioeducador, a informação de que não haveria medicamento para pessoas referidas de forma depreciativa, acompanhada de expressão de baixo calão. O adolescente relacionou o episódio à agressão que, conforme seu relato, teria resultado no ferimento visível em sua perna.

O relato, somado à lesão observada pela equipe, conferiu especial relevância à escuta realizada naquele momento. Ressalta-se, contudo, que não se trata de tomar o relato individual como conclusão acerca dos fatos, mas de registrá-lo como elemento que demanda apuração, acompanhamento e adoção das providências cabíveis, sobretudo diante da necessidade de assegurar que situações de conflito, inclusive aquelas relacionadas a períodos de abstinência e demandas de saúde, sejam manejadas por meio de estratégias de cuidado, proteção e abordagem socioeducativa compatíveis com a dignidade das adolescentes e dos adolescentes.



Após esse relato, os demais adolescentes passaram gradualmente a se manifestar, relatando que situações de agressão e conflito seriam recorrentes no cotidiano do Centro. Também foram mencionadas, durante a escuta, situações de ameaça supostamente dirigidas por alguns socioeducadores às adolescentes e aos adolescentes, conforme as manifestações apresentadas pelo grupo.



Ao longo da interlocução, a necessidade de fala manifestada pelos adolescentes, associada a momentos de agitação e ansiedade observados durante a escuta, compôs um cenário que merece atenção. Em determinado momento, inclusive, um dos adolescentes apresentou-se visivelmente agitado, sendo necessária a intervenção da Coordenadora-Adjunta, que o orientou a se acalmar e realizou, naquele momento, exercícios de respiração como estratégia de manejo diante do estado de ansiedade observado. O adolescente relatou, ainda, estar enfrentando dificuldades relacionadas ao período de abstinência.

A necessidade de fala, as manifestações de agitação e ansiedade e os relatos apresentados pelos adolescentes encontram correspondência em manifestações anteriormente registradas durante a escuta, reafirmando a recorrência de questões

relacionadas a situações de agressão, conflito e ameaça no contexto do Centro Socioeducativo. A convergência entre os diferentes momentos de interlocução amplia o conjunto de elementos reunidos durante a visita e reforça a necessidade de atenção institucional às condições em que essas situações se manifestam e são vivenciadas pelos adolescentes.

Embora os momentos anteriores de escuta já tivessem possibilitado o registro de manifestações relacionadas à violência física, a interlocução com esse novo grupo trouxe novos relatos acerca de situações de agressão, acompanhados da apresentação de marcas físicas que, segundo os próprios adolescentes, seriam decorrentes dessas situações. A aproximação com esse grupo, portanto, revelou novos elementos, tanto no plano dos relatos quanto na apresentação de marcas físicas associadas, pelos próprios adolescentes, a episódios de agressão.

Ressalta-se, contudo, que o registro dessas marcas não se confunde com uma constatação pericial acerca de sua origem ou natureza. Sua inclusão no presente relatório decorre da necessidade de preservar e documentar as manifestações apresentadas pelos próprios adolescentes, que atribuíram as marcas observadas a situações de agressão.

Assim, os relatos e os sinais físicos apresentados foram incorporados ao conjunto de elementos produzidos durante a inspeção, sem que se atribua à equipe a determinação técnica da causa ou da natureza das marcas. A diversidade dos relatos e a repetição de questões de natureza semelhante, apresentadas em diferentes momentos e por adolescentes distintos, constituem elementos relevantes para o acompanhamento da situação e para a adoção das providências cabíveis.

Entre avanços identificados e práticas que ainda demandam atenção

Na contramão das conquistas, dos avanços e das ações de promoção dos direitos humanos observados no Centro, algumas práticas relatadas durante a visita chamam a atenção para condutas que destoam dos princípios que devem orientar o trabalho socioeducativo. Conforme os elementos reunidos durante a escuta, tais situações não constituem a regra nem representam a atuação da maioria das profissionais e dos profissionais que integram o cotidiano institucional. Ainda assim, evidenciam a necessidade de atenção próxima e acompanhamento contínuo, especialmente diante de práticas incompatíveis com a perspectiva da proteção integral e com o caráter pedagógico da medida.

O registro dessas manifestações não desconsidera os desafios inerentes ao cotidiano socioeducativo, tampouco o trabalho desenvolvido pelas profissionais e pelos profissionais que atuam no Centro diante de situações que, por sua própria natureza, podem envolver conflitos, tensões e elevada complexidade. Reconhecer tais desafios, contudo, não significa relativizar práticas que possam resultar em violência institucional ou em violações de direitos. Ao contrário, a superação dessas práticas deve constituir ponto de partida permanente para o aprimoramento do atendimento socioeducativo.

Embora revestidas de seriedade e merecedoras de atenção institucional, tais situações não devem obscurecer os avanços identificados durante a visita, tampouco desconsiderar o trabalho desenvolvido pelas profissionais e pelos profissionais que atuam de forma comprometida com a garantia de direitos. O reconhecimento simultâneo dos avanços observados e dos aspectos que ainda requerem aprimoramento integra o próprio

processo de monitoramento e acompanhamento institucional, especialmente quando orientado à transformação das práticas e ao fortalecimento de uma socioeducação comprometida com a proteção, a educação e a dignidade.

Novos referenciais para a atuação socioeducativa

Essa perspectiva assume especial relevância diante da chegada de novas socioeducadoras e novos socioeducadores, recém-empossados para atuar no sistema socioeducativo, que passam a integrar uma realidade marcada por desafios, responsabilidades e situações de elevada complexidade. Nesse contexto, mostra-se fundamental que essas profissionais e esses profissionais compreendam o espaço socioeducativo não como lugar de punição, mas como espaço de responsabilização orientado por uma perspectiva educativa, de acolhimento, proteção e garantia de direitos, tendo a humanização da rotina como prática institucional.

Trata-se de um ambiente no qual o trabalho cotidiano deve contribuir não apenas para o cumprimento da medida, mas também para a construção de futuros possíveis, de novas perspectivas e de caminhos que ultrapassem a experiência institucional e alcancem o período posterior ao cumprimento da medida. Nessa perspectiva, a atuação socioeducativa deve favorecer a construção de possibilidades de vida vivíveis e dignas, para além da experiência institucional.

Nesse processo, a superação de práticas violentas, naturalizadas ou incompatíveis com os princípios da socioeducação constitui elemento indispensável para a construção de uma atuação pautada pelo cuidado, pelo diálogo, pela educação, pela responsabilização sem violência e pela garantia de direitos. Mostra-se igualmente necessário avançar na superação de práticas ainda atravessadas por referenciais históricos incompatíveis com a perspectiva de proteção integral, cuidado e garantia de direitos que deve orientar a execução das medidas socioeducativa

Reitera-se, contudo, que os elementos registrados neste relatório não permitem caracterizar tais situações como expressão de uma cultura organizacional do Centro. A partir dos relatos colhidos, trata-se de manifestações atribuídas a situações e agentes específicos, que, justamente por não deverem ser naturalizadas ou incorporadas ao cotidiano institucional, demandam enfrentamento, prevenção e acompanhamento permanentes.

A prevenção da violência e a superação de práticas violadoras, portanto, não devem ser compreendidas como medidas pontuais, mas como compromissos permanentes com a proteção das adolescentes e dos adolescentes e com a construção de relações pautadas pelo respeito, pela dignidade e pela responsabilização adequada diante de eventuais condutas incompatíveis com esses princípios.

Apuração e continuidade do acompanhamento institucional

Diante da gravidade dos relatos apresentados pelas adolescentes e pelos adolescentes, mostra-se necessário que situações dessa natureza sejam devidamente apuradas pelos meios institucionais competentes. Caso confirmadas, deverão ser adotadas as providências cabíveis em relação às pessoas responsáveis, observados o necessário rigor, a proporcionalidade das medidas e o devido processo legal.

Em diálogo com a direção do Centro, realizado na terceira etapa da visita, foram mencionados os nomes e apelidos atribuídos pelos adolescentes às pessoas que, segundo seus relatos, estariam relacionadas às situações narradas. Na ocasião, a gestão informou que nenhum dos indivíduos mencionados havia sido aprovado no recente concurso público para socioeducadores.

Tal informação, contudo, não afasta a necessidade de continuidade do monitoramento, da fiscalização e da adoção de medidas efetivas de prevenção e enfrentamento de práticas violentas no âmbito socioeducativo. Ao contrário, reforça a importância de que quaisquer condutas incompatíveis com a proteção integral e com o caráter pedagógico da medida sejam continuamente identificadas, apuradas e coibidas.

Não se pode admitir que pessoas que adotem práticas violentas ou incompatíveis com a dignidade das adolescentes e dos adolescentes atuem em espaços cuja finalidade é justamente educar, proteger, responsabilizar de forma pedagógica e criar condições para a construção de **futuros possíveis, viáveis e livres de ciclos de violência**. A socioeducação exige, portanto, não apenas estruturas adequadas e políticas institucionais consistentes, mas também relações cotidianas pautadas pelo respeito, pelo cuidado e pelo reconhecimento de que cada adolescente é sujeito de direitos e possui possibilidades para além do ato infracional.

4

ETAPA 2: PERCURSO TÉCNICO PELOS ESPAÇOS E ESTRUTURAS DO CENTRO

Percurso pelos espaços e estruturas do Centro Socioeducativo

Uma vez concluídos os quatro momentos de escuta dos adolescentes, seguiu-se para a segunda etapa da visita, correspondente ao percurso pelos espaços e estruturas do Centro Socioeducativo.

Presença que transforma práticas

“Estar presente, portanto, não significa apenas ver o que acontece, mas compreender o que o cotidiano revela, reconhecer suas fissuras e identificar, no mesmo espaço, as potências capazes de produzir transformações.”

Síntese inspirada nos princípios do projeto UMF, 2026.

Diante de situações como as anteriormente descritas, a UMF/TJCE reconhece como indispensável a presença contínua e qualificada nos espaços socioeducativos. A presença do Poder Judiciário nesses espaços constitui uma dimensão fundamental dessa atuação, na medida em que aproxima o sistema de justiça das pessoas e dos contextos nos quais as medidas socioeducativas se concretizam, favorecendo o diálogo, a escuta e o acompanhamento do cotidiano institucional. É nesse contato próximo com os fluxos, as relações, os ruídos que atravessam a rotina e as fissuras que podem revelar situações que demandam atenção que se ampliam as possibilidades de compreender a realidade e promover transformações concretas.

Essa perspectiva encontra correspondência no próprio projeto **“UMF/TJCE em Movimento: Percursos de Justiça, Redes de Cuidado e Direitos Humanos”**, concebido a partir da compreensão de que aproximar o sistema de justiça dos espaços e das pessoas constitui condição relevante para uma atuação mais conectada às realidades acompanhadas.

O deslocamento institucional proposto pelo projeto busca favorecer a presença, a escuta e o diálogo, permitindo identificar, no cotidiano, as fissuras que demandam intervenção, mas também reconhecer as potências existentes e aquelas que podem ser construídas a partir da articulação entre os diferentes atores.

É a partir desse lugar de presença, diálogo e acompanhamento que a UMF/TJCE desenvolve sua atuação em perspectiva macro, voltada à promoção de diálogos institucionais, à aproximação entre os diferentes atores envolvidos e à articulação de caminhos para o enfrentamento das situações identificadas.

Nesse contexto, a Unidade favorece a interlocução entre instituições, aproxima pares e cria condições para que as providências pertinentes sejam construídas, implementadas e acompanhadas pelos órgãos competentes. Essa atuação não se confunde com a execução direta das medidas, mas com o fortalecimento da cooperação e da

corresponsabilidade institucional necessárias à construção de respostas diante das questões identificadas.

Nessa perspectiva, a presença da Unidade não se limita à identificação de situações ou à formulação de recomendações. O acompanhamento direto permite compreender, a partir da realidade vivenciada nos Centros, os desafios que atravessam a execução da medida e as respostas que vêm sendo construídas para enfrentá-los. **Estar presente significa acompanhar, escutar, observar, dialogar e, quando necessário, construir conjuntamente caminhos possíveis para o aprimoramento das práticas institucionais.** Mais do que recomendar providências, trata-se de acompanhar seus desdobramentos, favorecer a cooperação e colocar-se à disposição para construir, conjuntamente, as respostas necessárias.

A partir dessa compreensão, as Membras e os Membros da UMF/TJCE e do GMF, também presentes na ocasião, passaram a percorrer as dependências do Centro Socioeducativo São Miguel, buscando observar não apenas as condições físicas dos ambientes, mas também os elementos que atravessam concretamente o cotidiano das adolescentes e dos adolescentes durante o cumprimento da medida.

O percurso contemplou diferentes espaços que integram a estrutura e o funcionamento cotidiano do Centro, entre eles a cozinha, o espaço de recepção, a farmácia e outros ambientes destinados ao atendimento, à permanência e ao desenvolvimento das atividades. Ao longo desse deslocamento, foram considerados aspectos relacionados à estrutura, organização, limpeza, conservação, segurança, funcionalidade dos espaços e às condições ofertadas para a permanência e o desenvolvimento das atividades.

Mais do que um deslocamento físico pelas dependências do Centro, essa etapa possibilitou **ampliar o olhar sobre as condições concretas em que se desenvolve o atendimento socioeducativo**, articulando as informações apresentadas durante a escuta com os elementos observados diretamente pela equipe ao longo da visita. Dessa forma, o percurso permitiu cotejar diferentes dimensões da experiência institucional, considerando tanto as condições materiais dos espaços quanto os modos pelos quais são organizados e utilizados no cotidiano.

Onde o cuidado também se constrói: um olhar sobre a alimentação e a cozinha do Centro Socioeducativo

O primeiro espaço visitado durante a **Etapa 2 da visita técnica** foi a cozinha do Centro Socioeducativo. Antes do acesso ao ambiente, foi solicitado que todas as **Membras e os Membros da UMF/TJCE, bem como as integrantes e os integrantes de sua assessoria**, utilizassem toucas, em observância às orientações de higiene e às condições necessárias para o acesso ao espaço destinado ao preparo e à manipulação dos alimentos.

Na ocasião, além do **Coordenador-Geral da Unidade, da Coordenadora-Adjunta, da Juíza Leopoldina e da assessoria**, também acompanhou o percurso o **Juiz Eptácio**, integrando o grupo que realizou a visita ao espaço.

A partir desse acesso, foram observadas as condições estruturais, de organização, higiene, funcionamento e utilização da cozinha, considerando sua importância para a

rotina institucional e para a garantia de condições adequadas de alimentação aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.



Embora a visita tenha sido atravessada por temas de elevada sensibilidade e por situações que demandaram atenção e seriedade, os diferentes momentos foram conduzidos com leveza, acolhimento e atenção às pessoas envolvidas. A postura adotada pela equipe buscou preservar a necessária seriedade diante das questões identificadas, sem que isso significasse tornar os processos excessivamente rígidos ou distantes. Ao contrário, a interação foi marcada por disponibilidade para o diálogo, cuidado e, também, por momentos de descontração, compreendidos como elementos capazes de tornar a experiência da visita mais leve, favorecer a aproximação entre as pessoas e contribuir para a construção de um ambiente de confiança.



Experimentar a refeição: um gesto de aproximação e cuidado

Assim que acessada a cozinha, observou-se que as marmitas destinadas aos adolescentes já se encontravam organizadas e distribuídas sobre uma bancada, em preparação para posterior encaminhamento e entrega, considerando a proximidade do horário do almoço.



Na ocasião, o **Juiz Epitácio** solicitou experimentar uma das refeições que seriam destinadas aos adolescentes, oportunidade em que manifestou sua aprovação quanto ao sabor da preparação. O momento integrou, de maneira espontânea, o percurso de observação da rotina da cozinha e permitiu uma aproximação direta com a alimentação que seria posteriormente servida aos adolescentes.



Durante a visita, observou-se que as cozinheiras se encontravam devidamente paramentadas, utilizando toucas para proteção dos cabelos e os equipamentos de higiene e proteção necessários à manipulação dos alimentos.

Registros das condições de organização e armazenamento dos alimentos nos congeladores

Registro das datas de armazenamento



Ao acessar a área de armazenamento dos produtos refrigerados, especialmente a geladeira, foi possível observar a organização dos alimentos, as condições de armazenamento, a limpeza e a conservação do equipamento, bem como a separação entre diferentes tipos de produtos. Também foram identificadas anotações referentes às datas de validade dos alimentos armazenados, constituindo mecanismo de acompanhamento dos respectivos prazos de utilização. Durante a inspeção, não foram identificados produtos com prazo de validade expirado ou sinais aparentes de deterioração.

Recomendação – Identificação e controle dos prazos dos alimentos armazenados

Embora tenha sido verificado que as datas dos alimentos armazenados são registradas, recomenda-se o aprimoramento desse procedimento mediante a utilização de etiquetas próprias para a identificação dos produtos, especialmente carnes e demais alimentos perecíveis. As etiquetas devem conter, conforme aplicável, a data de recebimento e as informações relativas ao prazo de validade, em consonância com os dados constantes na embalagem original.

A adoção dessa medida contribui para assegurar que as informações permaneçam visíveis, legíveis e facilmente identificáveis durante todo o período de armazenamento. Considerando que parte dos alimentos é mantida sob refrigeração ou congelamento, a utilização de etiquetas adequadas às condições de temperatura e umidade desses ambientes reduz o risco de apagamento, perda ou deterioração das informações registradas, fortalecendo o controle dos produtos e a segurança dos procedimentos de armazenamento.

Registros que orientam a rotina: acompanhamento das atividades da cozinha



Outro aspecto relevante observado durante a inspeção foi a existência de um painel destinado ao registro e acompanhamento das atividades da cozinha. Nele constavam informações referentes ao controle de escala, à lavagem do freezer, à organização da sala, à lavagem da geladeira, entre outros procedimentos relacionados à rotina de limpeza, organização e funcionamento do espaço. O painel encontrava-se disponível para consulta no momento da visita, permitindo à equipe verificar *os registros relativos às atividades realizadas*.

Rastreabilidade e proteção no percurso da alimentação

Ainda, permanecendo na reflexão sobre os achados realizados na cozinha, merece destaque, entre as práticas identificadas durante o percurso e observadas positivamente pelo Desembargador e pela Coordenadora-Adjunta da UMF/TJCE, da saída das quentinhas da cozinha, mediante a assinatura da pessoa responsável por sua retirada.

O procedimento se mostrou relevante por constituir **um recurso simples, mas significativo**, capaz de estabelecer um registro documental da movimentação das refeições e de identificar a pessoa responsável por sua retirada para posterior entrega aos adolescentes. Dessa forma, confere **rastreabilidade à saída das refeições**, contribuindo para a organização da rotina, o controle da distribuição da alimentação e o resguardo da integridade dos adolescentes e das pessoas envolvidas no processo.

Sob essa perspectiva, o registro também se apresenta como uma medida de **prevenção e mitigação de riscos**, uma vez que documenta uma etapa específica do percurso da alimentação e permite, caso necessário, identificar a responsabilidade correspondente naquele momento. Trata-se, portanto, de um mecanismo que **protege os adolescentes e, simultaneamente, oferece segurança às servidoras e aos servidores envolvidos**, ao formalizar a retirada das refeições e evitar que essa movimentação permaneça sem registro.

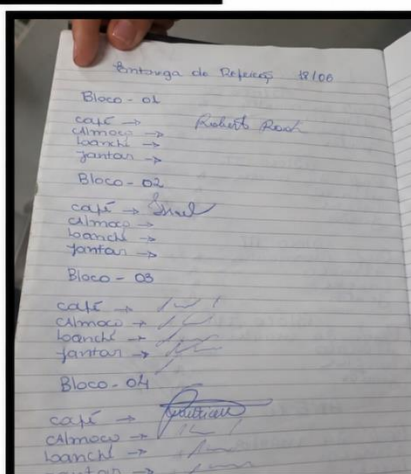
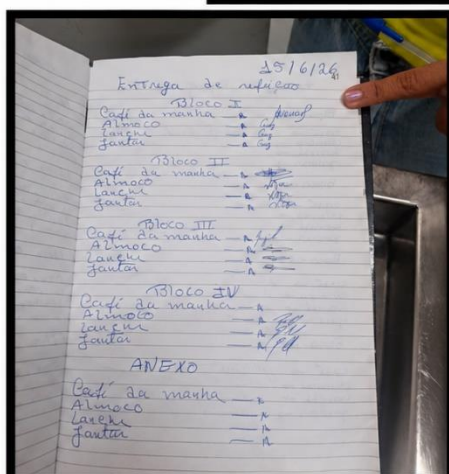
É importante pontuar que a adoção de mecanismos como esse não se relaciona a uma perspectiva de desconfiança em relação às pessoas envolvidas na rotina institucional. Ao contrário, trata-se de uma estratégia de promoção da confiança, na medida em que protocolos e registros claros conferem maior segurança às relações e aos procedimentos cotidianos. A formalização dos fluxos permite que cada etapa seja compreendida e acompanhada, estabelecendo referências objetivas para a atuação das pessoas envolvidas e contribuindo para a transparência e a previsibilidade da rotina.

Nesse sentido, **protocolos, fluxos e registros constituem instrumentos importantes para o funcionamento do Centro Socioeducativo**, especialmente em atividades que envolvem diferentes profissionais e etapas de execução. Mais do que controlar pessoas, esses mecanismos organizam processos, delimitam responsabilidades e oferecem segurança para que as atividades sejam desenvolvidas de maneira clara, consistente e protegida, fortalecendo a confiança institucional e a qualidade da rotina socioeducativa.

Para mais, práticas como essa, mesmo que simples, denotam a possibilidade de adoção de tecnologias de segurança que não demandem recursos financeiros, mas

que, igualmente, assegurem meios para promover estratégias de proteção, estabelecendo mecanismos de controle, responsabilização e segurança no funcionamento do Centro. Ainda que simples, o registro formal da movimentação das quentinhas favorece a transparência da rotina, fortalece os mecanismos de acompanhamento e contribui para a proteção dos adolescentes.

Nesse sentido, a experiência observada evidencia como **procedimentos cotidianos, quando estruturados de maneira simples e objetiva, podem produzir efeitos relevantes na segurança institucional**, permitindo maior clareza sobre os fluxos, as responsabilidades e as etapas que compõem a rotina de alimentação.



No livro de ocorrências, verificaram-se anotações referentes ao dia 18 de junho de 2026, data que antecede a inspeção, indicando que o procedimento de registro das retiradas das refeições já era adotado anteriormente, caracterizando-se como uma prática recorrente no espaço.

Do reconhecimento ao aprofundamento

Nas primeiras salas visitadas, correspondentes aos espaços da **Pedagogia e do Serviço Social**, o percurso assumiu caráter predominantemente de apreciação e reconhecimento dos ambientes. A passagem por esses espaços possibilitou uma observação inicial de sua organização e de sua inserção na dinâmica cotidiana do Centro, sem que, naquele momento, houvesse aprofundamento específico sobre os procedimentos, fluxos ou atividades desenvolvidas em cada setor.

Presença que se faz encontro: aproximação com as professoras e os professores

Dando continuidade ao percurso pelas dependências do Centro Socioeducativo, a equipe passou pela sala destinada às **professoras e aos professores**, ocasião em que o Desembargador Eduardo fez questão de cumprimentar todas as pessoas presentes, estabelecendo, ainda que brevemente, um momento de aproximação e cordialidade com as profissionais e os profissionais que atuam no espaço.

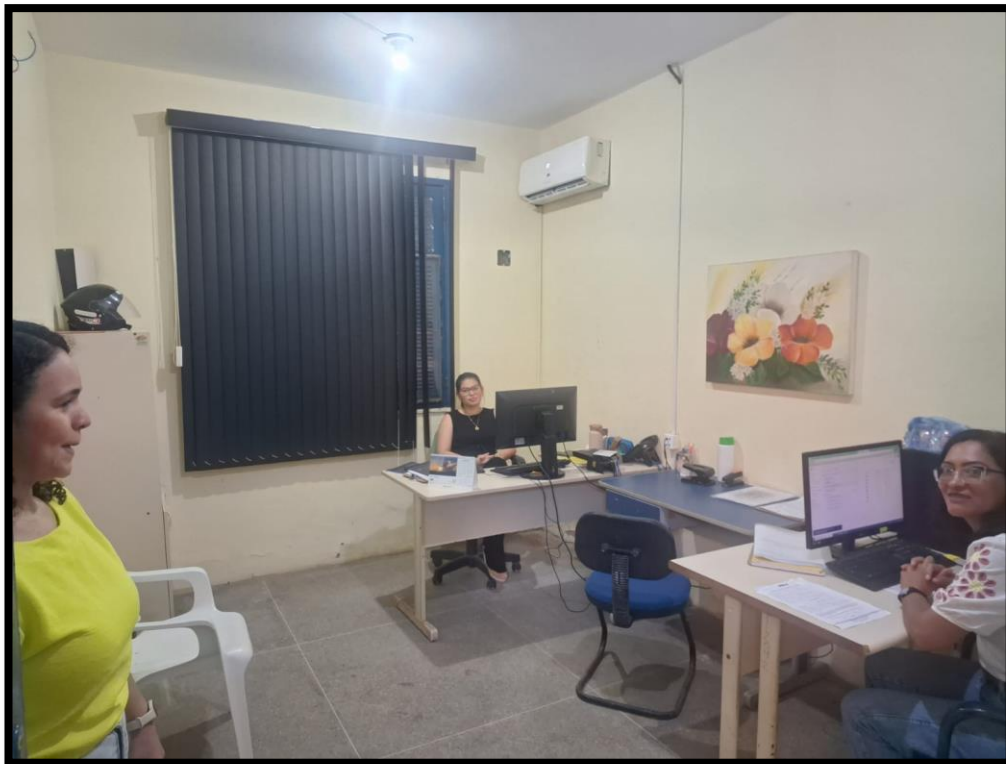
O gesto, embora simples, reforçou a perspectiva de uma **presença próxima e respeitosa nos diferentes espaços que compõem o cotidiano do Centro Socioeducativo**, evidenciando que o percurso realizado pela equipe também se constituiu a partir dos encontros estabelecidos com as pessoas que integram sua rotina.



Entre corredores e acolhimentos: o espaço do Serviço Social

Na continuidade do percurso, a equipe passou também pela sala destinada ao atendimento do **Serviço Social**, integrando ao deslocamento os diferentes espaços que

compõem a rotina de acompanhamento dos adolescentes. Nesse primeiro momento, a passagem pelo setor manteve o caráter de reconhecimento e apreciação dos ambientes, sem aprofundamento específico sobre os procedimentos e fluxos desenvolvidos no local.



Após esse primeiro percurso de reconhecimento, a visita avançou para um espaço no qual foi possível ampliar o olhar sobre aspectos específicos de sua organização e funcionamento, inaugurando um momento de observação mais detalhada, conforme será apresentado a seguir.

Um olhar mais atento sobre o cotidiano institucional: atendimento psicossocial

Considerando que a atenção à saúde mental integra o conjunto de questões acompanhadas no âmbito da Medida Cautelar nº 60-15, a Coordenadora-Adjunta da UMF/TJCE, Dra. Luciana Teixeira, buscou compreender, durante a passagem pelo espaço, aspectos relacionados ao acompanhamento dos adolescentes nessa área, incluindo informações sobre a quantidade de adolescentes em uso de medicação, os mecanismos de controle adotados e a presença dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento no Centro. As questões apresentadas foram prontamente esclarecidas pelo psicólogo presente no local, permitindo à equipe conhecer, naquele momento, aspectos da organização do acompanhamento em saúde mental desenvolvido no Centro.

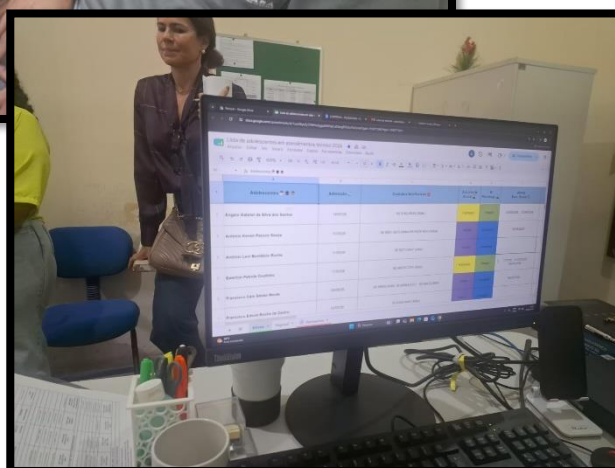
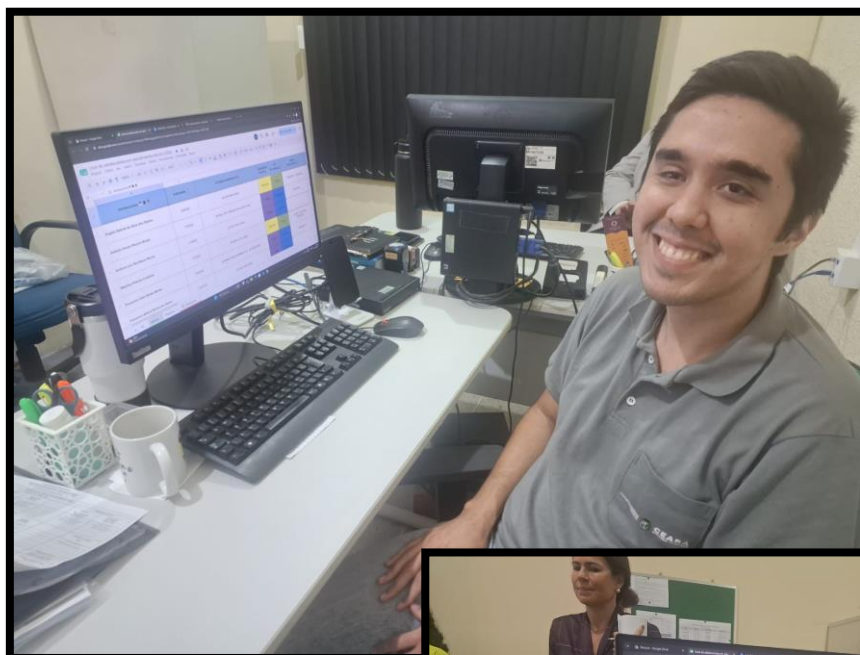


O profissional explicou à Dra. Luciana algumas questões relacionadas ao tratamento medicamentoso, incluindo informações sobre a quantidade de adolescentes que fazem uso de medicação e outros aspectos relacionados ao acompanhamento.

As informações compartilhadas durante a interlocução indicaram a presença de acompanhamento regular e a busca por estratégias de atenção que ultrapassem a dimensão exclusivamente medicamentosa, em consonância com a perspectiva anteriormente apresentada neste relatório acerca da importância de um cuidado em saúde mental pautado pela escuta qualificada, pelo acompanhamento individualizado e pela construção de alternativas que considerem as necessidades e particularidades de cada adolescente.

A interlocução possibilitou, assim, não apenas o esclarecimento das questões suscitadas durante a visita, mas também a identificação de iniciativas voltadas ao

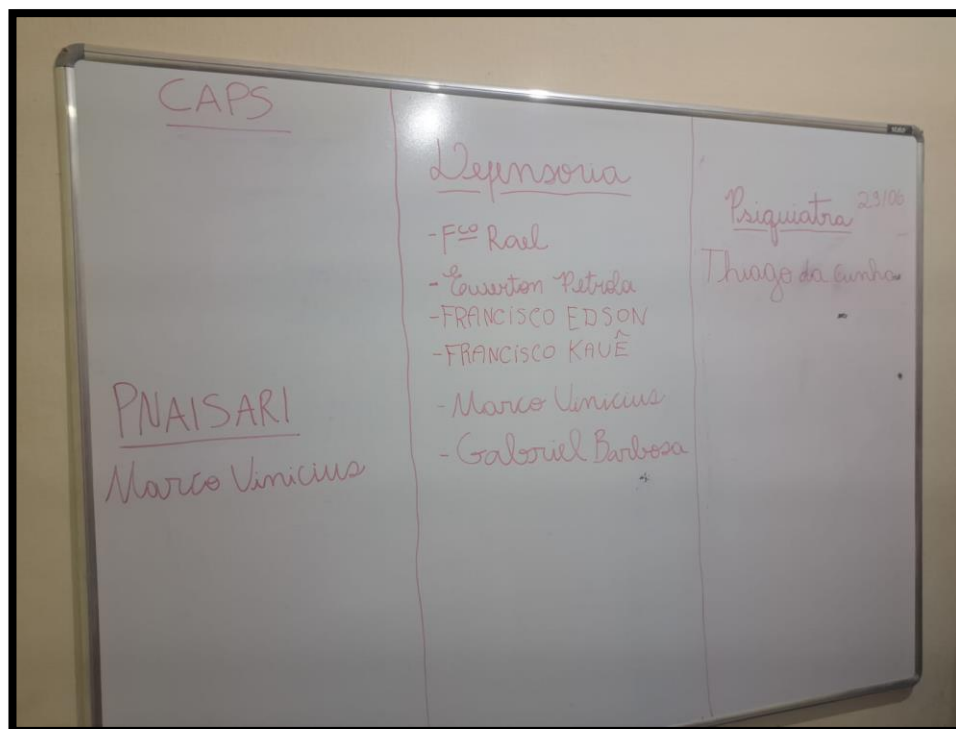
fortalecimento do acompanhamento em saúde mental, aspecto que permanece relevante no processo de qualificação da atenção ofertada aos adolescentes.



Planilha aberta com informações dos adolescentes, apresentada à equipe conforme solicitado, para fins de registro.

Durante a interlocução, foi apresentada à equipe a planilha utilizada para o acompanhamento dos adolescentes no âmbito do atendimento técnico do Centro Socioeducativo. O instrumento reúne registros individualizados, contemplando informações como a data de admissão, contatos telefônicos e os acompanhamentos realizados pelos profissionais dos setores de Serviço Social e Psicologia, além de outras marcações relacionadas ao acompanhamento de cada adolescente. A consulta ao instrumento possibilitou à equipe conhecer a forma como o Centro organiza e sistematiza o acompanhamento técnico dos adolescentes, permitindo visualizar os registros e os diferentes atendimentos realizados ao longo de sua permanência.

Registros que orientam o acompanhamento



Na sequência, foi possível observar um quadro branco utilizado pelo setor para o acompanhamento das demandas relacionadas aos adolescentes. No quadro, estavam registradas informações referentes a acompanhamentos e encaminhamentos para diferentes serviços e instituições, incluindo o PNAISARI, a Defensoria Pública e o atendimento psiquiátrico. Os registros permitiam visualizar, de forma objetiva, algumas das demandas em acompanhamento e os encaminhamentos realizados, constituindo mais um recurso utilizado pelo setor para organização e acompanhamento dos adolescentes.

A observação do quadro branco, quando analisada em conjunto com as informações apresentadas na planilha de acompanhamento técnico, permitiu identificar diferentes mecanismos utilizados pelo Centro para registrar, organizar e acompanhar as demandas dos adolescentes.

Enquanto a planilha reunia informações individualizadas relacionadas à admissão, aos contatos e aos atendimentos realizados pelos profissionais, o quadro apresentava, de forma mais dinâmica, registros de acompanhamentos e encaminhamentos em curso. O cruzamento dessas informações possibilitou compreender que o acompanhamento não se restringe ao registro de dados, mas envolve a continuidade de atendimentos e articulações com diferentes serviços e instituições.

Essa observação também dialoga com os aspectos relacionados à saúde mental anteriormente registrados neste relatório. Embora os desafios permaneçam presentes e demandem atenção contínua, a visita permitiu identificar movimentos institucionais voltados à organização e ao fortalecimento do acompanhamento dos adolescentes. A existência de registros sistematizados, associada à interlocução com os profissionais e aos encaminhamentos identificados, evidencia esforços no sentido de acompanhar as

demandas apresentadas e construir estratégias de atenção que considerem as diferentes necessidades dos adolescentes.

Assim sendo, reconhecer os desafios não significa desconsiderar os caminhos que vêm sendo construídos para enfrentá-los. Ao contrário, a presença de mecanismos de acompanhamento, a articulação com diferentes serviços e instituições e a busca por alternativas de atenção revelam um processo de organização e de compromisso institucional com a promoção da saúde mental, reforçando a importância de fortalecer continuamente estratégias de escuta, acompanhamento e atenção individualizada.

A presença da UMF/TJCE no Centro Socioeducativo se coloca, portanto, não apenas para dialogar sobre os desafios que ainda permanecem, mas também para reconhecer os avanços, as conquistas e as iniciativas que vêm sendo construídas no cotidiano institucional. É também nesse lugar de escuta, diálogo e reconhecimento que se desenvolve o acompanhamento realizado pela Unidade, valorizando os caminhos já percorridos e aqueles que ainda podem ser fortalecidos.

Encerrada essa interlocução, a equipe deu continuidade ao percurso pelas dependências do Centro, seguindo para a **farmácia**, espaço diretamente relacionado à organização, ao armazenamento e à disponibilização dos medicamentos utilizados pelos adolescentes.

Farmácia: organização, acompanhamento e segurança na assistência medicamentosa

Na sequência do percurso, foi realizada a visita à farmácia do Centro Socioeducativo. A observação desse espaço também possibilitou estabelecer um paralelo com achados anteriormente identificados pela UMF/TJCE, especialmente na farmácia do Centro Socioeducativo Patativa do Assaré, visitado em 15 de junho de 2026, onde também foram observadas práticas de organização e acompanhamento dos medicamentos, reconhecidas positivamente durante a inspeção.

O espaço apresentava-se **organizado e repleto de informações relacionadas à rotina da farmácia**, contemplando registros e mecanismos destinados ao acompanhamento dos medicamentos e das necessidades de saúde dos adolescentes. Entre os elementos observados, destacavam-se informações relacionadas aos medicamentos em uso, às condições específicas de saúde e aos registros utilizados para orientar o acompanhamento cotidiano.



Registro do espaço da farmácia, evidenciando a organização dos medicamentos e dos instrumentos utilizados para o acompanhamento e controle das informações.

Na ocasião, a Coordenação-Geral e a Coordenação-Adjunta acompanharam a profissional responsável, que, à medida que as informações eram solicitadas, mostrava os medicamentos disponíveis, sua distribuição e as respectivas finalidades, bem como aspectos relacionados ao armazenamento. Durante esse momento, a equipe pôde observar

a organização dos medicamentos, suas identificações e os registros que os acompanhavam, incluindo informações relativas às datas e aos demais elementos utilizados para seu controle e monitoramento.

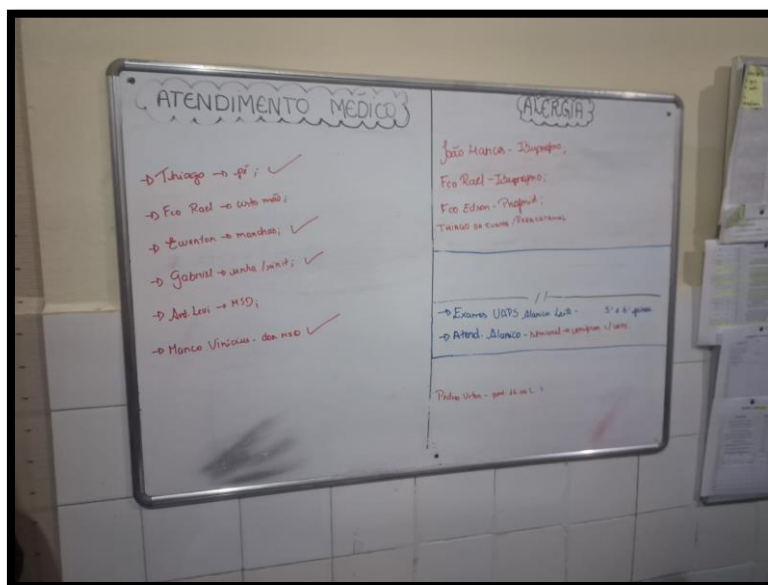


Profissional responsável pela farmácia apresentando à Coordenação-Geral e à Coordenação-Adjunta os medicamentos disponíveis e as informações relacionadas à sua organização, distribuição e armazenamento.

Durante a visita, também foi solicitado o acesso aos medicamentos e às informações relacionadas aos respectivos prazos de validade, bem como a observação das condições de organização e armazenamento. A verificação permitiu apreciar a forma como os medicamentos estavam dispostos e acompanhados pelo setor, incluindo aqueles destinados à administração individualizada.

Também chamou a atenção da equipe a **segurança demonstrada pela profissional no repasse das informações**. Ao longo da interlocução, ela respondeu às questões apresentadas com domínio dos procedimentos e conhecimentos técnicos relacionados à rotina da farmácia, demonstrando familiaridade com os medicamentos, sua organização, formas de armazenamento e mecanismos de acompanhamento. A clareza e a segurança na transmissão das informações contribuíram para qualificar o diálogo e permitiram à equipe compreender, de maneira mais ampla, os procedimentos adotados no espaço.

Ainda nesse contexto, foi observado um quadro utilizado para o registro e acompanhamento de informações relacionadas à saúde dos adolescentes. Nele, constavam anotações referentes a atendimentos médicos, situações específicas de saúde e registros de adolescentes com alergias e das respectivas medicações utilizadas. A organização dessas informações em local destinado ao acompanhamento cotidiano evidencia atenção às particularidades de saúde dos adolescentes e contribui para que essas condições sejam consideradas na rotina de atendimento e administração de medicamentos.



Quadro de acompanhamento com informações relacionadas às condições de saúde e ao uso de medicamentos pelos adolescentes.



O conjunto dos elementos observados na farmácia revela uma dinâmica de organização, acompanhamento e atenção às necessidades individuais dos adolescentes. A presença de registros, o controle das informações, a organização dos medicamentos e a atuação técnica segura da profissional constituem aspectos que favorecem a segurança da assistência medicamentosa e a continuidade do acompanhamento em saúde.

Nesse sentido, a visita permitiu não apenas verificar a estrutura e os procedimentos existentes, mas também **reconhecer práticas que vêm contribuindo para a qualificação da atenção ofertada aos adolescentes**, em continuidade a achados positivos anteriormente identificados pela UMF/TJCE em outros Centros. **Diante do**

exposto, a farmácia foi o último espaço do Centro Socioeducativo São Miguel a ser visitado, encerrando a segunda etapa da visita com atenção, técnica e organização de achados.

Diante do exposto, a farmácia foi o último espaço do Centro Socioeducativo São Miguel a ser visitado. Essa etapa foi conduzida a partir de uma observação atenta e tecnicamente orientada, que possibilitou identificar, relacionar e sistematizar elementos fundamentais à compreensão da realidade institucional e à construção deste relatório técnico.

5

ETAPA 3: ESCUTA, LEVANTAMENTO, REGISTRO E PRESERVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Quando os espaços também falam: a inversão do olhar metodológico

Posteriormente, a equipe da UMF/TJCE retornou à Coordenação, onde teve início a terceira etapa da visita, dedicada ao diálogo institucional com a gestão. Nesse momento, entretanto, a interlocução com a Coordenação assumiu caráter complementar, uma vez que o percurso realizado até então já havia possibilitado uma leitura ampliada da realidade institucional.

Isso porque, ao longo da visita, **não foram apenas os adolescentes que falaram: os espaços também.** Cada ambiente percorrido, cada fluxo observado, cada registro encontrado, cada encontro estabelecido e cada manifestação compartilhada passou a constituir elemento de leitura da realidade institucional. A disposição dos ambientes, suas condições de funcionamento, os registros, as práticas e as dinâmicas observadas produziram informações que contribuíram diretamente para a compreensão do cotidiano do Centro Socioeducativo.

Mais do que observar os espaços, foi possível compreendê-los como fontes de informação. O espaço deixou de ser apenas cenário da visita e passou a integrar a própria leitura institucional, revelando, em sua materialidade e em sua dinâmica cotidiana, aspectos que nem sempre emergem exclusivamente da interlocução formal com a gestão.

Essa perspectiva decorreu de uma alteração significativa na metodologia da inspeção conforme explicado no início desse documento. Diferentemente do que ocorreu nos outros três Centros, nos quais o diálogo institucional constituiu o ponto de partida da visita, no Centro Socioeducativo São Miguel o percurso foi iniciado pela **escuta dos adolescentes e pela observação direta dos espaços**. Somente após esse percurso a equipe retornou à Coordenação para estabelecer o diálogo institucional.

Não se tratou, portanto, de uma simples inversão na ordem das etapas, mas de uma mudança no ponto de partida do olhar. Embora essa configuração não tenha sido previamente planejada, sua adoção ao longo da visita mostrou-se particularmente assertiva, pois permitiu que a realidade institucional fosse inicialmente apreendida a partir da escuta dos adolescentes e da observação direta dos espaços.

A partir desse percurso, tornou-se possível relacionar os relatos apresentados às condições concretamente observadas, aos registros encontrados, às práticas identificadas e às dinâmicas que atravessam o cotidiano institucional, produzindo uma leitura mais articulada e aprofundada da realidade do Centro Socioeducativo. Como resultado, a visita assumiu caráter **mais detalhado, minucioso e tecnicamente qualificado**, na medida em que a compreensão da realidade não se construiu a partir de uma única fonte, mas da articulação entre diferentes formas de escuta, observação e registro. O percurso permitiu, assim, identificar questões que posteriormente puderam ser apresentadas à gestão para esclarecimento, contextualização e aprofundamento.



Devolutivas *in loco* e continuidade do acompanhamento

É importante salientar que, embora o diálogo com a Coordenação tenha assumido caráter complementar, alguns aspectos identificados ao longo do percurso foram retomados nesse momento, especialmente aqueles que demandavam contextualização quanto às providências anteriormente adotadas e à sua continuidade. Ressaltou-se, contudo, que essas interlocuções realizadas durante a inspeção não substituiriam o registro técnico posterior, sendo a Coordenação cientificada de que os achados, as ponderações e as recomendações decorrentes da visita seriam sistematizadas no presente relatório e encaminhados à SEAS para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

Entre esses pontos, destacou-se novamente a questão das **condições ambientais e sanitárias do entorno do Centro Socioeducativo**, particularmente a presença de esgoto a céu aberto e de resíduos sólidos, associada às recorrentes queixas dos adolescentes quanto à presença de ratos, baratas e mosquitos. Durante as escutas, também foram apresentadas manifestações relacionadas a picadas e alterações cutâneas; contudo, **não foram identificados elementos suficientes para estabelecer, naquele momento, relação causal direta entre tais manifestações e as condições ambientais observadas.**

A situação ambiental, por sua vez, já havia sido identificada pela UMF/TJCE durante a inspeção realizada em 26 de junho de 2025.

Questões sensíveis e continuidade do acompanhamento institucional

Além desse primeiro ponto, outro aspecto que motivou o diálogo com a Coordenação esteve relacionado às manifestações sensíveis apresentadas durante as escutas, especialmente aquelas referentes a possíveis situações de violência institucional.

Em razão da natureza das informações compartilhadas e da necessidade de preservação das pessoas envolvidas, esses elementos foram tratados com a necessária reserva, de modo a possibilitar a adoção imediata das providências cabíveis e o início das medidas necessárias à adequada apuração e ao acompanhamento das situações apresentadas.

Por essa razão, o presente relatório não reproduz informações que possam permitir a identificação das pessoas mencionadas nos relatos, muito menos os adolescentes que fizeram os relatos, preservando-se a confidencialidade das manifestações e evitando-se qualquer exposição indevida.

As situações apresentadas permanecem como pontos de atenção no acompanhamento realizado pela UMF/TJCE, especialmente quanto à necessidade de fortalecimento de medidas de prevenção e acompanhamento destinadas a evitar a ocorrência ou a repetição de práticas incompatíveis com a proteção integral, a dignidade e os direitos dos adolescentes, **sem que se estabeleça, neste documento, atribuição individual de autoria ou responsabilidade.**

Em resposta a esse último ponto, Eduardo Sena, Corregedor da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS), informou à UMF/TJCE que as câmeras corporais estavam sendo disponibilizadas aos profissionais e que o sistema de monitoramento se encontrava em funcionamento. Durante a visita, foi possível verificar *in loco* a disponibilização dos equipamentos e o funcionamento do sistema de câmeras.



Sistema de videomonitoramento registrando a rotina do Centro

Mais do que monitorar: a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos

A câmera pode registrar a conduta, mas é a cultura institucional que deve orientar a escolha de como agir.”
— (UMF/TJCE), 2026.

Durante a visita, foi constatada a presença de sistema de videomonitoramento em diferentes espaços do Centro Socioeducativo, constituindo importante recurso para o acompanhamento da rotina institucional e para a segurança dos ambientes. Contudo, a existência de mecanismos de monitoramento suscita uma reflexão que ultrapassa sua dimensão estritamente operacional: **a necessidade de que o respeito aos direitos humanos não esteja condicionado à presença de câmeras, à fiscalização ou à possibilidade de controle externo.**

Mais do que monitorar condutas, é necessário fortalecer uma cultura institucional na qual o respeito, a dignidade e a não violação de direitos constituam valores incorporados às práticas cotidianas. Nessa perspectiva, a conduta adequada não deveria ocorrer apenas porque está sendo observada, registrada ou poderá ser posteriormente fiscalizada, mas porque corresponde aos princípios que orientam a atuação de todos aqueles que integram o espaço socioeducativo.

A presença do videomonitoramento, portanto, deve ser compreendida como instrumento complementar de segurança e proteção, e não como elemento que, por si só, assegure a observância dos direitos. A efetiva proteção dos adolescentes depende também da construção permanente de referências éticas e institucionais que orientem as relações estabelecidas no cotidiano, inclusive nos momentos em que não há uma câmera, uma fiscalização ou um olhar externo acompanhando determinada conduta.

Trata-se, assim, de promover uma cultura organizacional em que **o respeito aos direitos humanos seja uma prática inerente ao funcionamento do Centro**, presente nas decisões, nas relações profissionais e na forma de cuidado e tratamento dispensada aos adolescentes. Em outras palavras, não se trata apenas de garantir que determinadas condutas não ocorram porque são monitoradas, mas de construir condições para que não ocorram porque são reconhecidas como incompatíveis com os valores, princípios e responsabilidades que devem orientar a atuação socioeducativa.

Registra-se que os achados refletem as condições verificadas no momento da inspeção, permanecendo alguns registros sujeitos a confirmação, atualização ou posterior acompanhamento institucional.

6

RECOMENDAÇÕES A PARTIR DOS ACHADOS

DAS RECOMENDAÇÕES E POSSIBILIDADES DE APRIMORAMENTO

A partir das reflexões e dos elementos apresentados ao longo deste documento técnico-orientativo e de registro de memória, foram identificadas e formuladas recomendações. Embora tenham sido apresentadas e fundamentadas ao longo das respectivas análises, as recomendações são, nesta etapa, reunidas em seção própria, com o objetivo de facilitar sua visualização e apreciação pelas unidades.

A organização das recomendações em apartado não altera seu caráter ou o contexto em que foram formuladas. Busca-se, sobretudo, possibilitar que cada unidade possa apreciá-las individualmente, considerando as respectivas realidades, particularidades, rotinas e possibilidades de implementação, avaliando a pertinência de aplicação e a forma mais adequada de incorporá-las às práticas institucionais.

Nessa perspectiva, espera-se que, sempre que pertinentes, seja considerada a incorporação do maior número possível das recomendações apresentadas, como forma de contribuir para o aprimoramento contínuo da execução das medidas socioeducativas e para a promoção dos objetivos estabelecidos na **Medida Cautelar nº 60-15**, observadas as atribuições, competências e especificidades de cada unidade.

As recomendações devem, assim, ser compreendidas como possibilidades de aprimoramento construídas a partir do acompanhamento realizado pela UMF/TJCE, cuja análise e eventual implementação poderão contribuir para o fortalecimento das práticas de cuidado, de proteção e de garantia de direitos no âmbito das unidades.

1. CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA, AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

A. Colchões e condições de acomodação

Recomenda-se a adoção de protocolo específico para acompanhamento das condições dos colchões utilizados no Centro Socioeducativo, contemplando identificação, registro e controle do período de uso, bem como critérios para higienização, conservação, substituição e descarte. Recomenda-se, ainda, atenção à necessidade de evitar o uso prolongado ou sucessivo de um mesmo colchão por diferentes adolescentes, quando as condições do material assim recomendarem, bem como o registro e acompanhamento de eventuais queixas relacionadas a alergias, desconfortos ou outras reações associadas ao uso.

B. Condições ambientais e sanitárias

Recomenda-se a continuidade e o monitoramento das providências destinadas ao enfrentamento das condições ambientais e sanitárias identificadas, incluindo vistorias técnicas, dedetização, desratização, limpeza urbana, intervenções estruturais para eliminação de possíveis focos de proliferação de pragas e melhoria das condições de

salubridade. Considerando a recorrência de situações semelhantes às registradas anteriormente, recomenda-se o acompanhamento da efetividade das medidas adotadas.

C. Controle de vetores e avaliação de queixas cutâneas

Recomenda-se o fortalecimento da articulação com os órgãos competentes para avaliação sanitária, identificação dos vetores presentes, identificação das condições que favorecem sua permanência e proliferação, adoção de medidas de controle, manejo adequado dos resíduos sólidos e eliminação dos pontos de esgoto a céu aberto. Recomenda-se, ainda, que queixas cutâneas persistentes ou acompanhadas de sinais físicos sejam avaliadas pelos serviços de saúde competentes.

D. Adequações estruturais enquanto não houver solução definitiva

A eventual perspectiva de substituição do Centro Socioeducativo não afasta a necessidade de adoção, no presente, das medidas necessárias à garantia de condições adequadas de permanência, trabalho e circulação. Recomenda-se, portanto, a continuidade das ações destinadas à redução das inadequações estruturais, ambientais e sanitárias existentes enquanto não forem implementadas soluções definitivas.

E. Ventilação e conforto térmico

Recomenda-se a avaliação das condições de ventilação dos dormitórios, especialmente quanto à adequação ou ao reposicionamento da placa de ferro instalada no portão, bem como a adoção de medidas que favoreçam a circulação de ar e reduzam a sensação térmica excessiva, considerando a efetiva funcionalidade dos equipamentos de ventilação.

2. PREVENÇÃO E SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS

A. Equipamentos e condições de resposta

Recomenda-se a avaliação abrangente da localização dos equipamentos destinados ao combate a incêndios, de sua acessibilidade a partir dos diferentes espaços de permanência, de suas condições efetivas de utilização e da possibilidade de acionamento célere diante de eventual ocorrência.

B. Articulação interinstitucional

Recomenda-se o fortalecimento da articulação entre a SEAS, o Corpo de Bombeiros e as demais instituições relacionadas à temática, mediante diálogo interinstitucional sobre as condições de segurança dos Centros Socioeducativos e a adoção de medidas destinadas à prevenção e à mitigação de riscos.

C. Acompanhamento dos encaminhamentos

Registra-se, como desdobramento dessa articulação, a realização de reunião interinstitucional em 25 de setembro de 2026, com participação do Corpo de Bombeiros, GMF, SEAS e outras instituições. Recomenda-se que os encaminhamentos decorrentes sejam incorporados às próximas ações de acompanhamento, especialmente quanto à adoção e ao monitoramento das medidas de segurança. Texto colado

3. CONVIVÊNCIA FAMILIAR E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

A. Ampliação das possibilidades de contato familiar

Recomenda-se a viabilização de contato telefônico entre o adolescente e sua avó, como estratégia complementar de manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares, especialmente diante de situações que dificultem a realização de visitas presenciais.

B. Ligações e chamadas de vídeo

Recomenda-se avaliar a ampliação da frequência e da duração das ligações telefônicas e chamadas de vídeo, especialmente em situações que envolvam questões relacionadas à saúde mental ou períodos prolongados de ausência de contato familiar.

C. Redução das barreiras de deslocamento

Recomenda-se avaliar a possibilidade de estabelecimento de parcerias institucionais com empresas de transporte coletivo e mobilidade urbana, inclusive mediante experiência-piloto para deslocamentos previamente programados de familiares residentes na Região Metropolitana de Fortaleza.

D. Avaliação da experiência-piloto

Caso implementada, recomenda-se que a iniciativa seja posteriormente avaliada quanto à viabilidade logística, institucional e operacional e aos resultados alcançados, possibilitando eventual ampliação ou replicação. Texto colado

4. SAÚDE E CUIDADO INDIVIDUALIZADO

A. Saúde mental e acompanhamento individualizado

Recomenda-se o fortalecimento da avaliação individualizada dos adolescentes que apresentem manifestações de ansiedade ou façam uso de medicamentos de controle especial, buscando compreender os fatores associados às manifestações apresentadas e sua relação com os contextos familiar, institucional e social.

B. Estratégias de cuidado

Recomenda-se o fortalecimento das estratégias de cuidado em saúde mental já desenvolvidas, de forma articulada à rede de atenção à saúde e às demais ações de acompanhamento existentes, considerando a escuta qualificada, o acompanhamento individualizado e a construção de alternativas ajustadas às necessidades identificadas em cada caso. Texto colado

5. PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DE SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA

A. Apuração dos relatos

Recomenda-se que as situações relatadas pelas adolescentes e pelos adolescentes sejam devidamente apuradas pelos meios institucionais competentes.

B. Providências e responsabilização

Caso confirmadas, recomenda-se a adoção das providências cabíveis em relação às pessoas responsáveis, observados o rigor necessário, a proporcionalidade das medidas e o devido processo legal.

C. Monitoramento contínuo

Recomenda-se a manutenção do acompanhamento das situações relatadas e o fortalecimento das medidas de prevenção e enfrentamento de práticas incompatíveis com a proteção integral, a dignidade e o caráter pedagógico da medida socioeducativa. Texto colado

6. SEGURANÇA ALIMENTAR E CONTROLE DOS ALIMENTOS

A. Identificação e controle dos prazos de validade

Recomenda-se o aprimoramento do procedimento de identificação dos alimentos armazenados mediante utilização de etiquetas próprias, especialmente para carnes e

demais produtos perecíveis, contendo, conforme aplicável, a data de recebimento e as informações relativas ao prazo de validade.

B. Adequação das etiquetas às condições de armazenamento

Recomenda-se a utilização de etiquetas compatíveis com as condições de temperatura e umidade dos ambientes de refrigeração e congelamento, de modo a preservar as informações registradas e fortalecer a rastreabilidade dos produtos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inspeção realizada no Centro Socioeducativo Patativa do Assaré, em 15 de maio de 2026, integrou o acompanhamento desenvolvido pela Unidade de Monitoramento e Fiscalização das decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (UMF/TJCE), no âmbito da Medida Cautelar nº 60-15. A atividade foi conduzida a partir de uma metodologia estruturada em etapas complementares, destinadas ao levantamento de informações, à observação direta das condições de funcionamento do Centro e à escuta qualificada dos adolescentes, permitindo a análise articulada de diferentes dimensões da realidade institucional.

A metodologia adotada possibilitou que as informações apresentadas pela gestão e pelas equipes fossem confrontadas com os elementos observados durante o percurso pelos espaços e, posteriormente, com as percepções compartilhadas pelos adolescentes. Esse procedimento conferiu maior consistência ao processo de análise, na medida em que os achados não foram construídos a partir de uma única fonte, mas do cotejamento entre diferentes registros, observações e relatos. A escuta dos adolescentes assumiu, nesse percurso, papel especialmente relevante, por permitir incorporar ao monitoramento a perspectiva daqueles que vivenciam diretamente a execução da medida socioeducativa, sem que manifestações individuais fossem tomadas isoladamente como conclusivas.

O conjunto dos elementos reunidos evidencia uma realidade institucional marcada, simultaneamente, por práticas que merecem ser preservadas, avanços observáveis, situações que permanecem como desafios e aspectos que demandam aprimoramento. Foram identificadas iniciativas relacionadas à organização da alimentação, à conservação e ao controle dos gêneros alimentícios, bem como atividades pedagógicas, culturais, esportivas, profissionalizantes e de convivência que contribuem para a ocupação qualificada do tempo e para o desenvolvimento do processo socioeducativo. Tais experiências integram a realidade do Centro e constituem referências importantes para a continuidade e o fortalecimento das práticas já desenvolvidas.

Ao mesmo tempo, os achados demonstraram que a garantia de condições adequadas de execução da medida exige atenção permanente a dimensões que ultrapassam a estrutura física. Condições de acomodação, conforto térmico, higiene, salubridade, acesso à água, cuidados em saúde, acompanhamento odontológico, convivência familiar, relações interpessoais, segurança dos espaços, prevenção de incêndios e regularidade do acompanhamento jurídico compõem um conjunto indissociável de fatores que repercutem diretamente na qualidade do atendimento prestado aos adolescentes. A análise desses aspectos reforça que a proteção integral demanda respostas articuladas e contínuas, capazes de considerar simultaneamente segurança, cuidado, convivência, participação e garantia de direitos.

Particular atenção merece a dimensão relacional identificada durante as escutas. As percepções convergentes apresentadas por adolescentes acerca de determinadas formas de abordagem demonstram a importância de que as relações cotidianas sejam permanentemente qualificadas, com atenção à comunicação, à escuta, ao respeito e à prevenção de práticas que, embora possam parecer pontuais ou sutis, quando reiteradas podem produzir efeitos sobre a convivência e sobre a própria finalidade pedagógica da medida. Essa dimensão também deve ser analisada considerando as condições concretas de trabalho das equipes, reconhecendo a complexidade das funções exercidas no contexto socioeducativo e a relevância de estratégias institucionais de formação, apoio e cuidado com os profissionais.

No campo da saúde e da proteção, os elementos identificados reforçam a necessidade de que situações de sofrimento psíquico sejam acompanhadas por estratégias individualizadas, articuladas à rede de atenção e compatíveis com a preservação dos direitos e da dignidade dos adolescentes. Da mesma forma, eventuais espaços ou procedimentos utilizados para afastamento individual devem permanecer sob avaliação contínua quanto à sua finalidade, às condições de permanência, ao tempo de utilização e às medidas de acompanhamento adotadas, de modo que respostas necessárias à proteção e à segurança não resultem, na prática, em restrição indevida da dimensão pedagógica e da convivência.

Os aspectos relacionados à segurança contra incêndios também ultrapassaram a dimensão de uma ocorrência pontual e contribuíram para ampliar a atenção institucional sobre a necessidade de avaliação preventiva das condições de resposta a emergências nos espaços socioeducativos. A observação de diferentes situações durante as inspeções realizadas no período permitiu ampliar a compreensão sobre a acessibilidade dos equipamentos, as condições de evacuação e a compatibilização entre segurança e funcionamento das atividades, contribuindo para o desenvolvimento de ações e articulações interinstitucionais voltadas à mitigação de riscos.

As recomendações apresentadas ao longo deste relatório decorrem, portanto, dos elementos efetivamente identificados durante a inspeção e devem ser compreendidas como possibilidades concretas de aprimoramento, observadas as atribuições, competências e responsabilidades dos diferentes atores envolvidos. Sua organização em blocos temáticos busca conferir maior clareza aos pontos que demandam atenção e facilitar a análise individual de sua pertinência, sem desconsiderar que muitas das questões identificadas dependem de articulação entre diferentes setores e instituições.

Importa registrar, ainda, que a elaboração deste relatório não constitui marco inicial para as providências decorrentes da inspeção. Situações que demandaram encaminhamento imediato já foram objeto de contatos, diálogos, articulações e demais providências no curso do acompanhamento realizado pela UMF/TJCE. O relatório sistematiza esse percurso, registra os achados e reúne os aspectos que permanecem relevantes para análise e acompanhamento, permitindo que diferentes momentos do processo possam ser posteriormente cotejados.

Por essa razão, o presente documento não representa uma conclusão definitiva sobre a realidade do Centro Socioeducativo Patativa do Assaré. Constitui, antes, um registro técnico de determinado momento do acompanhamento, produzido a partir das informações, observações e escutas disponíveis e sistematizadas nesta etapa. Seus registros passam a integrar o conjunto documental da UMF/TJCE e poderão subsidiar novas análises, verificações e articulações institucionais.

A inspeção, assim, deve ser compreendida como parte de um processo contínuo. O acompanhamento posterior das condições observadas, dos encaminhamentos realizados e das possibilidades de aprimoramento identificadas permitirá verificar avanços, permanências e novas necessidades que eventualmente se apresentem. Nesse sentido, o relatório cumpre sua função não apenas ao documentar o que foi encontrado, mas ao estabelecer uma base técnica para que o monitoramento prossiga, preservando a memória institucional dos processos acompanhados e contribuindo para o fortalecimento progressivo das condições de execução da medida socioeducativa e da garantia dos direitos dos adolescentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). **Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília, DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASEe), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990, nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, e nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, e nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 19 jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.082, de 23 de maio de 2014. Redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em regime de internação, internação provisória e semiliberdade (PNAISARI), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 26 maio 2014.

